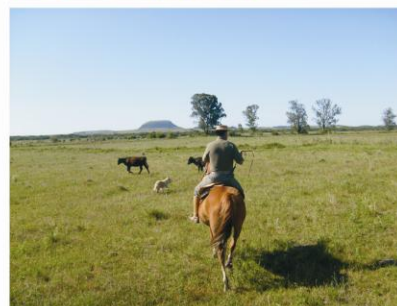
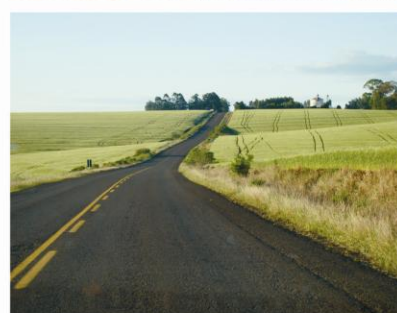


Ministério Público do Rio Grande do Sul

Relatório 2008



MISSÃO

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

VISÃO PARA 2022

“Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas.”

VALORES

Compromisso Social

Independência

Democracia

Combatividade

Efetividade

Transparência

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO-GERAL

Jayme Weingartner Neto, Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.
Relatório 2008/organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada -
GAGI. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2009.
80p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

Crédito das Fotos:

As fotos usadas nesta publicação são de autoria de servidores do próprio Ministério Público Estadual. Seus autores e locais são (na ordem da capa – de cima para baixo, da esquerda para a direita): Rubens Freiburger (Não-Me-Toque), Júlio Brum (Rio Grande), Carlos Alberto Fonseca (Cacequi), Fábio Rosa (Ibirubá), Felipe Rodrigues Silva (Montenegro), Elenice Cheis (Porto Alegre), Klaus Nickel (Salto do Incumã) e Christina Ibarbóyen (Uruguaiana).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190



RELATÓRIO 2008

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

Isabel Dias Almeida,
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos.

Anizio Pires Gavião Filho,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos.

Eduardo de Lima Veiga,
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Institucionais.

Armando Antônio Lotti,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Luiz Cláudio Varela Coelho,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.

SUMÁRIO

Apresentação.....	07
Organograma.....	11
O Ministério Público do Rio Grande do Sul.....	13
Gestão Estratégica.....	23
Mapa Estratégico.....	29
Focos de Atuação.....	33
Atuação Funcional.....	55
Dados Administrativos.....	71
Nominata (Membros)	73

APRESENTAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça deve elaborar o relatório das atividades anuais do Ministério Público para submetê-lo à Assembléia Legislativa. Aproveito a previsão legal (Lei Estadual n.º 7.669/82, art. 25, inc. III) para prestar contas à cidadania e aos Poderes Públicos do segundo ano de minha gestão, que, embora aprovada por 70% da classe, finda em 03 de abril de 2009.

O Ministério Público, no ano de 2008, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica. Temos uma clara visão estabelecida em nosso Mapa Estratégico, projetada a gestão até 2022: queremos ser reconhecidos como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução de políticas públicas.

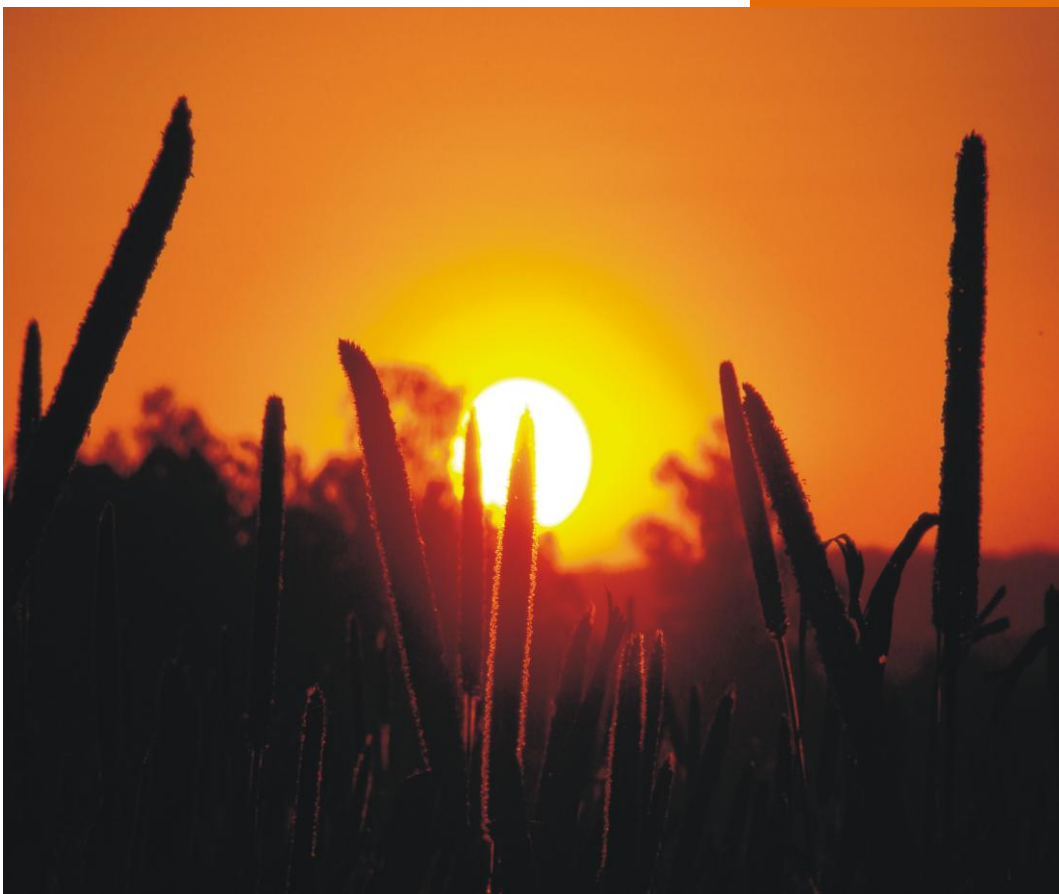
Boa governança, neste contexto, é a gestão responsável dos assuntos do Estado, processos decisórios claros e transparentes e desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana e no primado do direito – trata-se de superar o modelo de estado burocrático (que não dá conta dos anseios sociais por celeridade e eficiência nos serviços públicos), por um modelo *profissional* de Administração Pública, que se pauta por resultados efetivos. Este modelo, numa perspectiva de indicadores de desempenho e impacto social, orienta-se por alguns poucos princípios: liderança, motivação dos recursos humanos, desenvolvimento de uma cultura organizacional, comunicação e introdução de novas tecnologias.

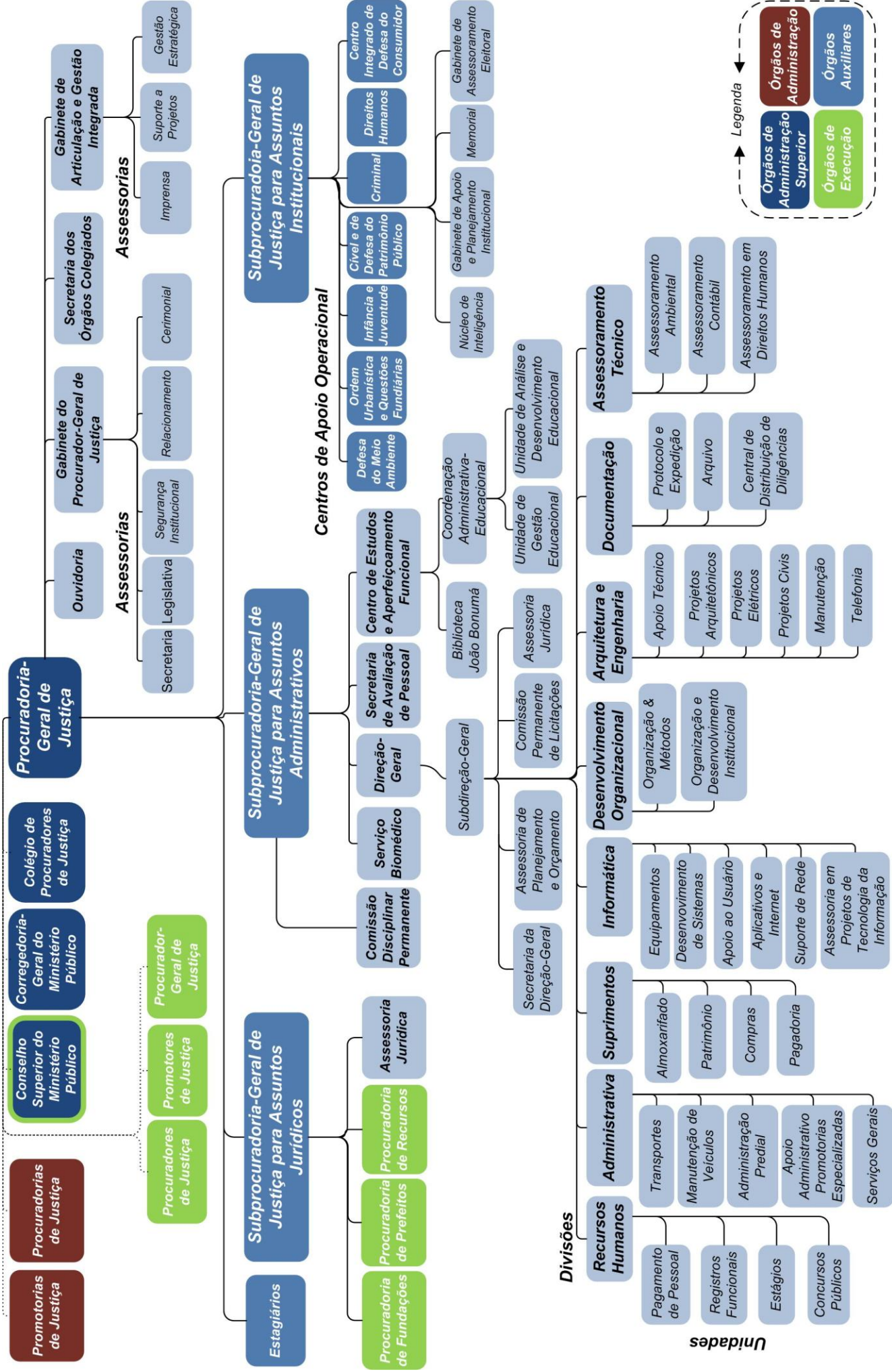
O presente relatório dá conta da nossa caminhada nesse sentido. Apresentada a instituição, seguem as notícias mais relevantes de cada área de atuação, na lógica dos objetivos estratégicos. Deixamos, por exemplo, uma proposta de Plano de Carreira com gratificação por desempenho institucional e individual – subsídio para um amplo debate. Constam, ainda, dados financeiros, administrativos e de atuação funcional que também foram remetidos ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Por fim, agradeço a todos os membros da instituição (que vão nominados). O talento e a dedicação de cada um, junto aos servidores, garantem a pluralidade, diversidade e riqueza que fazem do Ministério Público uma história de sucesso.

Mauro Henrique Renner,
Procurador-Geral de Justiça.

*O Ministério
Público do Rio
Grande do Sul*





O Ministério Público do Rio Grande do Sul

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O Procurador-Geral de Justiça, que exerce a chefia e é órgão de execução do Ministério Público, é nomeado pelo Governador do Estado, para o mandato de dois anos, dentre os Procuradores de Justiça, no efetivo exercício do cargo, indicados em lista tríplice, detendo prerrogativas e representação de Chefe de Poder. O Procurador-Geral de Justiça, como chefe da Procuradoria-Geral de Justiça e do Ministério Público, administra e representa a Instituição.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação

Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral: é o órgão destinado a apoiar as demandas dirigidas ao Procurador-Geral, juntamente com a Chefia de Gabinete, recebendo, despachando e encaminhando documentos e correspondência. Emite, também, comandos de Portarias e de pagamento das férias e acúmulo de função dos Membros.

Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas: é o setor responsável pelo planejamento e organização dos eventos realizados pelo Ministério Público. Além disso, o Cerimonial faz o acompanhamento de membros da Administração Superior em eventos realizados fora do âmbito do Ministério Público Estadual.

Assessoria de Segurança Institucional: criada visando fortalecer os serviços de segurança institucional dos membros e dos prédios do Ministério Público.

Assessoria Legislativa: tem como principais atribuições a elaboração de Projetos de Leis e Atos Normativos da Instituição, a confecção do clipping legislativo, o

controle dos convênios firmados pelo Ministério Público e a publicação da Legislação Institucional.

Assessoria de Relacionamento: tem como objetivo principal auxiliar na expansão do conhecimento interno e informação sobre as ações e projetos do Ministério Público, utilizando-se de ferramentas para formar, manter e consolidar o conceito público de uma organização moderna, ágil e que cumpre com suas responsabilidades para com a sociedade.

Secretaria dos Órgãos Colegiados - *Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público*

Coordenada por Promotor-Assessor tem como finalidade organizar e secretariar o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades.

Gabinete de Articulação e Gestão Integrada

Tem como atribuições assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxiliar na sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, além de monitorar e harmonizar o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão. Também incumbe ao Gabinete a coordenação da Assessoria de Imprensa do Ministério Público.

Assessoria de Gestão Estratégica: compete a esta Assessoria, dentre outras funções, a condução do processo de formulação da estratégia do Ministério Público e sua tradução em objetivos, indicadores e metas institucionais, assim como a promoção do alinhamento de todos os níveis da Instituição com a estratégia, atuando como catalisador e facilitador das mudanças e ainda a coordenação do processo de gestão estratégica e o monitoramento de sua implementação.

Assessoria de Suporte a Projetos: são algumas de suas atribuições: definir a metodologia de Gerenciamento de Projetos na Instituição e as responsabilidades envolvidas, assim como assessorar os Gerentes de Projetos, caso solicitado, na

definição do escopo e detalhamento dos projetos estratégicos, além do monitoramento do andamento e do histórico dos projetos estratégicos, prestando informações à Administração e difundindo a cultura de trabalho por projetos no Ministério Público.

Assessoria de Imprensa: tem como principais atribuições a divulgação de matérias jornalísticas na página da internet do Ministério Público, bem como a organização da taxação diária de matérias de interesse institucional, veiculadas pela mídia em geral e disponibilização eletrônica no site da Instituição, a publicação de notas oficiais e o fomento a implementação de projetos para maior inserção da atuação do Ministério Público na mídia a fim de buscar o fortalecimento da imagem da Instituição junto à sociedade.

Ouvidoria

É importante canal de comunicação do cidadão e da comunidade com a Instituição, objetivando o aprimoramento no atendimento e nos serviços prestados à sociedade.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Possui atribuições de coordenação da Assessoria Jurídica nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Exerce, ainda, a supervisão de Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de Prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como da Procuradoria de Fundações.

Assessoria Jurídica

Cumprir à Assessoria Jurídica, examinar: processos e expedientes que versem sobre vício de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal; conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público; Representações Para Fins de Intervenção Federal no Estado e deste nos Municípios; entre outras diversas atribuições.

Procuradoria de Fundações

Tem competência para a elaboração de pareceres pertinentes a qualquer assunto sobre fundações, além de auxiliar o Procurador-Geral na aprovação de estatutos, nas suas alterações, na elaboração da venda de bens imóveis na constituição de ônus sobre os mesmos e, ainda, na homologação da aprovação das contas das fundações.

Procuradorias com atuação delegada Procuradoria de Recursos

Funciona nos feitos cujos recursos se dirigem aos Tribunais Superiores (STF e STJ). Em janeiro de 2007, extinguiu-se a atuação “custos legis” da Procuradoria, na qual o Ministério Público apenas emitia seu parecer em processo no qual não era parte.

Procuradoria de Prefeitos

Analisa procedimentos investigatórios referentes a crimes de atuais Prefeitos, bem como oficia em procedimentos investigatórios referentes à improbidade administrativa de Prefeitos e ex-prefeitos, até a sua conclusão (arquivamento, ação civil pública e denúncia).

Procuradorias de Justiça Especiais

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo-se os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal, Procuradoria de Justiça Cível e Procuradoria de Justiça Especializada. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Presta assessoramento nas mais variadas atividades-meio, além de realizar o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, a fim de viabilizar a melhor prestação dos serviços públicos nas atividades-fim.

Direção-Geral

Cumpre à Direção-Geral assistir ao Procurador-Geral de Justiça e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções, bem como supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público.

Comissão Permanente de Licitações

A esta Comissão compete elaborar e processar as licitações assim como receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Assessoria de Planejamento e Orçamento

Tem como principais atribuições a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei de orçamento, o controle da execução orçamentária, dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento, assim como a observação do correto enquadramento das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão Disciplinar Permanente

Instrui procedimentos de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, bem como atua na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, exara informações acerca de conduta de servidores e certidões acerca da existência ou não de penalidades dos assentamentos dos servidores para fins de cursos ou concursos.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Seu processo de trabalho contempla grande diversidade de situações que envolvem projetos educacionais, promovidos diretamente ou em conjunto com órgãos ou entidades congêneres da área pública ou da iniciativa privada, com vistas ao aprimoramento cultural e profissional, à atualização e à especialização do

conhecimento dos membros e servidores da Instituição, promovendo, assim, a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à sociedade.

Serviço Biomédico

Tem como atividade principal a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores. É composto pela Coordenação, Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Biblioteca João Bonumá

Oferece acesso para consulta local e pesquisas a toda comunidade e empréstimos somente para membros, servidores e estagiários do Ministério Público, oferece também o acesso a bases de dados de legislação federal, estadual e do Município de Porto Alegre, assim como a outras bases de dados jurídicas em CD-ROM.

Divisão de Documentação

A Divisão de Documentação - constituída por três Unidades: Protocolo e Expedição, Central de Distribuição e Diligências e Arquivo - estabelece metas e indicadores de desempenho das unidades, assim como planeja e gere a execução da política de gestão documental do Ministério Público.

Divisão de Informática

Responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática, e propor uma política de informática e implementá-la. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras que, hoje, têm dado dignidade ao trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público. As principais atividades da Divisão são a elaboração de laudos, projetos, serviços de construção, reforma e de manutenção dos prédios.

Divisão Administrativa

Coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição. Gestiona contratos administrativos, tais como prestação de serviços e aquisição de bens. Atualmente, é composta por cinco Unidades: Serviços Gerais, Transportes, Manutenção de Veículos, Apoio Administrativo e Administração Predial.

Divisão de Recursos Humanos

Supervisiona as atividades relacionadas com a área de recursos humanos, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral, efetuando o planejamento da Divisão, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas: Concursos Públicos, Estágios, Pagamento de Pessoal e Registros Funcionais.

Divisão de Assessoramento Técnico

É responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. É formada por três Unidades de Assessoramento: Ambiental, Contábil e em Direitos Humanos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Está estruturada no escopo de cumprir suas funções orgânicas: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a

estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos. Para auxiliar a consecução destes objetivos, encontram-se vinculados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais: o Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional, o Gabinete Eleitoral, os Centros de Apoio Operacional e o Memorial do Ministério Público.

Gabinete de Apoio e Planejamento Institucional

Participa da construção de diretrizes e metas da Instituição, atuando, neste particular, de forma articulada com o Gabinete de Articulação e Gestão Integrada e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e em permanente contato com os Centros de Apoio Operacional, bem como prestando assistência aos órgãos de execução no planejamento de suas atividades funcionais e contribuindo na busca de integração dos diversos organismos institucionais.

Gabinete de Assessoramento Eleitoral

Tem como missão institucional realizar o assessoramento, atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Tal órgão auxiliar configura-se como uma importante ferramenta, notadamente no que diz respeito à tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Memorial

Tem como objetivo preservar a memória institucional, tornando-se também um agente cultural, desenvolvendo suas atividades a partir de três linhas de atuação: o programa de História Oral, o programa de Pesquisas e Publicações e o programa de Produção e Eventos.

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Os Centros de Apoio Operacional promovem apoio técnico-operacional aos membros do Ministério Público, na qualidade de órgão auxiliar mantêm arquivo de informações e pesquisas, destinadas aos integrantes da Instituição. Também atuam como gestores de inovação e, no cumprimento de metas anuais,

desencadeando ações integradas e interdisciplinares, no escopo de auxiliar os órgãos de execução e prevenir a fragmentação da atuação. Ainda são formuladores e coordenadores de políticas setoriais, fomentando e monitorando convênios, projetos e programas, obtendo rol de prioridades para a atuação funcional, bem como na captação de recursos financeiros extra-orçamentários para implementação de ações institucionais. Acompanham os processos legislativos e a repercussão jurisprudencial das questões institucionais, nas áreas específicas de atuação, com ênfase em subsidiar propostas legislativas de interesse público, no recolhimento, sistematização, incentivo e divulgação das ações de responsabilidade social relevantes em cada área.

Criminal
Direitos Humanos
Infância e Juventude
Defesa do Consumidor
Defesa do Meio Ambiente
Cível e de Defesa do Patrimônio Público
Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

É o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. É comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, assim como por uma equipe de Promotores-Corregedores, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias.

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça, organizados em Procuradorias de Justiça, Cível, Criminal e Especializada. Os Procuradores de Justiça atuam em todas as sessões do Tribunal de Justiça, exercendo suas funções perante Câmaras Cíveis ou Criminais, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com, pelo menos, um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. São judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas, locais ou regionais. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram são fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores. As Promotorias de Justiça estão instaladas em todas as sedes de Comarcas, sendo ocupadas por Promotoras e Promotores de Justiça, consoante a respectiva entrância de classificação (inicial, intermediária e final).

Gestão Estratégica



A Gestão Estratégica

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações estratégicas que determinam o desempenho de uma organização a longo prazo. Esse tipo de gestão inclui análise dos ambientes interno e externo, formulação da estratégia, implementação da estratégia, avaliação e aprendizado.

A principal função da gestão estratégica consiste em fazer com que a estratégia definida seja sistematicamente gerenciada com vistas à sua implementação e, se necessário, seja revisada para melhor consecução da visão de futuro da organização.

O GEMP 2022 contemplou a implantação de um sistema de governança, responsável pela gestão estratégica do Ministério Público até 2022.

A implementação do projeto vem sendo realizada a partir das seguintes etapas:



1. Alinhamento Estratégico



Compreendeu a realização de um grande evento, em agosto de 2007, com a presença de aproximadamente 400 pessoas, entre membros e servidores, onde, vislumbrando-se os desafios e tendências para o Ministério Público, buscou-se o estabelecimento de um futuro comum, num projeto institucional de longo prazo, sendo construída a visão de futuro para 2022 e definidas as prioridades institucionais.

O Alinhamento Estratégico teve por objetivo a mobilização e o comprometimento dos integrantes do Ministério Público em prol de um futuro comum, construído de forma democrática e consensual.

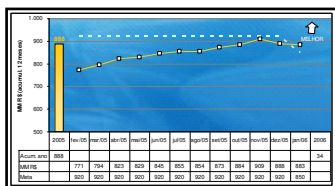
2. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia adotada, que evidencia os desafios que a organização terá de superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Seu lançamento à sociedade foi realizado no dia 14 de dezembro de 2007

Nesta etapa, foi construído o Mapa Estratégico do Ministério Público, a partir da tradução das diretrizes estabelecidas no evento de Alinhamento Estratégico em perspectivas de resultado, objetivos estratégicos e suas relações de causa e efeito.

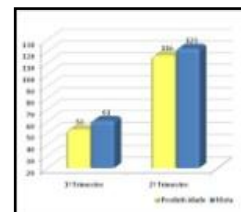


3. Indicadores de Efetividade

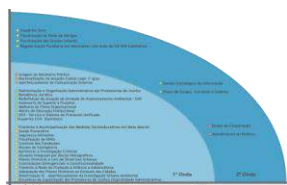


Compreendeu o estabelecimento de indicadores para aferição do desempenho institucional a partir da implementação da estratégia adotada. Assim, para cada

objetivo estabelecido no Mapa Estratégico foram definidos indicadores de forma a permitir o acompanhamento dos resultados alcançados e a evolução da execução da estratégia.



4. Metas e Planos de Ação



Nesta etapa foram estabelecidas metas para cada indicador de efetividade definido e coletadas sugestões de planos de ação para o alcance dos resultados pretendidos. As metas e sugestões de planos de ação foram coletadas a partir da realização de eventos nas diversas regiões de atuação do Ministério Público.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008 foram realizadas reuniões com os diversos setores da instituição no sentido de selecionar e detalhar os projetos propostos nas etapas regionais. Além disso, foi sistematizado o Modelo de Gestão do Ministério Público, estabelecendo-se papéis e responsabilidades na gestão estratégica, formato das reuniões e dos relatórios de gestão.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Periodicidade
Evasão Escolar	$(\text{Alunos evadidos} / \text{Alunos que ingressaram nas escolas}) \times 100$	%	Anual
Idb	$N_i \times P_i$ (produto entre o desempenho e o rendimento escolar) N _i : média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática P _i : indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino de alunos na unidade i = ano do exame i = unidade (escola)	Número	Bianual

5. Monitoramento

Definidos os objetivos, indicadores, metas, projetos e modelo de gestão, partiu-se para a implementação da gestão estratégica e o monitoramento dos resultados alcançados. Isto vem permitindo o acompanhamento da execução da estratégia, sendo realizadas, caso necessário, revisões sistemáticas para a melhor consecução de nossa Visão de Futuro.



O GEMP 2022, portanto, materializou as prioridades institucionais estabelecidas democraticamente, em 27 objetivos, 44 indicadores, 39 projetos e 4 programas e um modelo para a gestão dos resultados alcançados. Assim, vem consolidando-se como referência de boa governança para várias instituições públicas e privadas. Este processo democrático inseriu-se no cotidiano do Ministério Público e está aberto para revisões e realinhamentos.

Mapa Estratégico do Ministério Público RS

Impacto Social

Educação de
qualidade

Saúde integral e
melhor qualidade
de vida

Criminalidade e
corrupção reduzidas

Criança e
adolescente
protegidos

Meio ambiente
preservado

Democracia e ordem
jurídica garantidas

Sociedade

Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas

- Parceira
- Acessível
- Independente
- Ética
- Responsável
- Efetiva
- Atuantre

Eficiência Operacional

Aumentar
a produtividade

- Custos Legis & Órgão Agente
- Capacidade instalada x distribuição de atribuições
- Ações coordenadas

Fortalecer a atividade
extrajudicial

Intensificar a
comunicação do MP
com a sociedade

Aprimorar o atendimento
ao público

Aproximação com a sociedade

Parcerias

Atuar em redes de
cooperação com
os setores público,
privado
e terceiro setor

Foco de atuação

Exigir o cumprimento das
normas relativas à
promoção e prevenção
da saúde

Garantir a proteção
dos recursos hídricos

Exigir efetividade das
redes de proteção da
criança, do adolescente,
de suas famílias e das
medidas socioeducativas

Exigir qualidade na
educação básica

Garantir a ordem jurídica
e constitucional,
atuando nos processos
de interesse público

Promover a criação e
fiscalizar a gestão dos
planos diretores dos
municípios

- Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

Intensificar o combate
à corrupção e ao
crime organizado

Prevenir o crime em geral
pela efetiva execução da
pena e redução da
reincidência

Atuar na prevenção dos
danos ao consumidor e
responsabilizar os agentes
econômicos

Processos

Desenvolvimento
de Pessoas

Desenvolver e gerir
competências

- Fiscalização de políticas públicas
- Atividade Investigativa
- Técnicas de negociação
- Gestão de processos, pessoas e projetos
- Trabalho em equipe

Ambiente
Organizacional

Melhorar a satisfação
das pessoas no
trabalho

- Comunicação interna
- Qualidade de vida
- Reconhecimento
- Democracia

Tecnologia

Melhorar a gestão
administrativa,
padronizando
processos e rotinas

Garantir disponibilidade
de informação para
tomada de decisão

- Gestão
- Investigação

Recursos

Captação recursos
extra-orçamentários

Assegurar recursos
orçamentários
necessários

Pessoas e Tecnologia

GEMP 2022-Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos

Objetivo	Indicador	Meta	Projeto
Ser reconhecido como Instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e fiscalização de políticas públicas	Índice de Imagem	8	• Pesquisa de Imagem
Aumentar a produtividade	Produtividade	246	• Racionalização da Atuação como <i>Custos Legis</i>
	Atuação como <i>custos legis</i>	80%	
Fortalecer a atividade extrajudicial	Índice de Acordo	65%	-
	Índice de Resolução	50%	
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	Exposições positivas espontâneas na mídia	R\$ 2.800.000,00	• Programa Aperfeiçoar a comunicação externa do MP
Aprimorar o atendimento ao público	Atendimento presencial	211.200	• Atendimento ao público
	Índice de satisfação com o atendimento	85%	
Atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor	Ações desenvolvidas em parceria	1.650	• Programa Redes de Cooperação
Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde	Equipes de saúde implantadas	90%	• Saúde Preventiva
Garantir a proteção dos recursos hídricos	Cobertura de Municípios com Planos de Saneamento	30%	• Programa Redes Ambientais • Roteirização IC • Recolhimento e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos - Projeto Piloto Região Sul • Mapa de Risco Ambiental
	Efetividade do MP em questões relacionadas aos recursos hídricos	60%	
Exigir efetividade das redes de proteção da criança, do adolescente, de suas famílias e das medidas socioeducativas	Ações de fomento às redes de proteção	5.734	• Fomento às Redes de Proteção à Infância e Adolescência • Fomento a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto • Fiscalização das Redes de Abrigos
	Índice de municipalização socioeducativa	100%	
Exigir qualidade na educação básica	Ações para melhoria na qualidade de ensino	3.500	• Fiscalização das Escolas Infantis
Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público	Grau de sucesso em recursos a Tribunais Superiores	70%	• Controle de Fundações • Contratações Emergenciais e Constitucionalidade • Banco de dados dos preços de bens e serviços necessários à administração municipal
	Grau de sucesso em ADINs	95%	
	Ações de lisura eleitoral	65%	
Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios	Municípios com Planos Diretores implementados	100%	• Adequação dos Planos Diretores • Regularização Fundiária • Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas
	Expedientes investigatórios e ações relacionadas à regularização	60%	

Intensificar o combate a corrupção e ao crime organizado	Sanções aplicadas	80%	• Encontros de Capacitação (improbidade administrativa) • Fiscalização de ONGs
	Grau de eficácia em expedientes relacionados à improbidade administrativa	60%	
	Pedidos de Arquivamento	50%	• Aprimorar a investigação criminal • Laboratório contra Lavagem de Dinheiro • Núcleo de Inteligência
	Condenações	40%	
Prevenir o crime em geral pela efetiva execução da pena e redução da reincidência	Redução de mandados de prisão pendentes	4%	• Criação e estruturação do Núcleo de apoio ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher • Reinserção Social de Egressos do Sistema Prisional
	Medidas Judiciais ou Extrajudiciais que visem a compelir o Poder Público a estruturar estabelecimentos prisionais e a fomentar redes de atendimento ao egresso	10	
Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos	Ações de combate à adulteração de produtos	20	• Segurança Alimentar
Desenvolver e gerir competências	Índice de Capacitação	80%	• Matriz de Educação Institucional • Residência Jurídica • EAD
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Índice de Satisfação	80%	• Programa de Melhoria do Clima Organizacional
Melhorar a Gestão ADM padronizando rotinas e processos	Índice de Padronização Administrativa	80%	• PROPAD • Reestruturação da UAA • Ampliação da Sede Institucional
Garantir a disponibilidade de informações para a tomada de decisão	Processos instruídos com informação própria	60%	• Gestão Estratégica da Informação • Gestão Estratégica da Informação - Governança TI • SPU • e-IC • GED
Captar recursos Extra-Orçamentários	Recursos extra-orçamentários	R\$ 3.000.000,00	• Assessoria de Suporte a Projetos
Assegurar e gerir recursos orçamentários necessários	Índice de Execução Orçamentária	100%	• Apropriação de custos • Apropriação de custos dos projetos estratégicos

- Os objetivos e indicadores da perspectiva do impacto social não estão descritos nesta tabela.

Focos de Atuação



Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes focos de atuação. Neste contexto, destacam-se algumas realizações e projetos estratégicos.

Infância e Juventude

- **VI Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** - Com o tema “Sensibilização: um novo olhar e uma nova consciência” foram realizadas 10 audiências públicas, alcançando um público superior a **3.000 pessoas**. Os eventos permitiram sensibilizar o público sobre a realidade da situação das crianças e adolescentes brasileiras.

- **Ciclo de palestras/bebida alcoólica** - O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude juntamente com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, preocupados com a realidade acerca do consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes, assim como a não imposição de limites pelos pais, realizaram em outubro de 2008, em parceria com a Promotoria de Justiça de Sarandi, evento na cidade denominado “**Álcool: a parte que não lhe é contada**”, em que três médicos psiquiatras debateram o tema, destacando os prejuízos do consumo de bebida alcoólica pelos jovens, em diferentes áreas da saúde. O evento repetiu o êxito da iniciativa ocorrida em 2007, na cidade de Passo Fundo, contando com a maciça participação da sociedade.

- **Diálogos de Convergência** - Em alusão à comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, juntamente com a Frente Parlamentar Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, com o Fórum Democrático – Desenvolvimento Regional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e com outras instituições parceiras, realizou o evento “**Diálogos de Convergência**” para discussão com a sociedade de temas relevantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando a questão do orçamento público para os projetos da área e o fortalecimento dos conselhos de direitos.

O evento permitiu ainda debate sobre as ações de prevenção e fiscalização, com o fito de aprimorar a qualidade de vida do povo gaúcho, buscando aproximar as instituições da rede de proteção à infância, proporcionando a integração e fortalecimento das relações.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir efetividade das
redes de proteção da
criança, do adolescente,
de suas famílias e das
medidas socioeducativas

Exigir qualidade na
educação básica



- **Fiscalização das escolas Infantis** – O Projeto Fiscalização das escolas Infantis tem como justificativa a fundamental atuação do Ministério Público na defesa do acesso e da qualidade da educação infantil, isto em função dos benefícios ao desenvolvimento decorrentes da plena inserção das crianças nas escolas. Nesse sentido, a fiscalização de instituições desse ramo é uma ferramenta potente para se conhecer a rede, identificar suas fragilidades, seus avanços e, a partir daí, propor alternativas que permitam a oferta de serviços com qualidade.

Em 2008, no curso do projeto, foi realizado estudo da legislação e dos princípios básicos da **educação infantil**, bem como da metodologia da implementação do projeto. Ainda foram feitas visitas a 12 instituições da região **Lomba do Pinheiro** (piloto do projeto) e a elaboração de relatório com os resultados do diagnóstico realizado, bem como o compartilhamento da realidade identificada com os diversos órgãos do Sistema de Proteção.

Crime

- **Caso Detran** - Em 2008, o Ministério Público ajuizou ações contra 16 pessoas físicas e duas jurídicas por fatos delituosos no que diz respeito à prestação de serviços na área de multas eletrônicas.

Os denunciados adquiriram vantagem patrimonial indevida, que importou em enriquecimento ilícito, no valor de **R\$ 938.471,23**, consistente no recebimento de parte dos valores pagos pela **FENASEG** para prestação de serviço em que era beneficiário o Detran e contratada a empresa TOPS Consultoria Empresarial Ltda., sendo os valores desviados via Grão & Pão Indústria e Comércio Ltda.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Intensificar o combate
à corrupção e ao
crime organizado

Prevenir o crime em geral
pela efetiva execução da
pena e redução da
reincidência

Esta mesma prática delituosa resultou em denúncias por peculato, peculato tentado e lavagem de dinheiro. Em relação ao peculato, a denúncia é referente à apropriação indevida do valor total de **R\$ 938 mil** dos cofres públicos. A lavagem de dinheiro ficou comprovada com os repasses no total de **R\$ 270 mil** da empresa Tops Consultoria para a Grão & Pão Indústria e Comércio Ltda., feitos para ocultar a destinação do dinheiro recolhido com a prática criminosa contra a administração pública.

- Uma ação da **Promotoria de Justiça Especializada Criminal** de Porto Alegre no combate ao **cartel de cimento e concreto** acarretou em lançamento fiscal, por não pagamento de ICMS, no valor de quase **R\$ 12 milhões**. Nessa ação foi desencadeada uma operação de busca e apreensão de documentos na sede de seis empresas, bem como em duas associações, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e Porto Alegre.



- **Núcleo de Inteligência do Ministério Público** - Em 2008 foi criado o Núcleo de Inteligência do Ministério Público tendo como objetivo realizar a gestão estratégica de informações reservadas, através do exercício metodológico de inteligência, alcançando aos entes organizacionais o conhecimento produzido e o apoio necessário às operações de inteligência, assim como a produção, troca e guarda de informação com outras agências, através do mapeamento da criminalidade e sistema de informação próprio da execução criminal.

Ao longo de 2008, verificaram-se experiências similares em outros estados buscando as melhores práticas existentes em relação à inteligência nas investigações a fim de respaldar a criação do Núcleo de Inteligência no Ministério Público Gaúcho. Também ocorreu a capacitação das pessoas lotadas no núcleo com presença de instrutores da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

- **Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** - Criado em agosto de 2008, em função da necessidade de estruturar núcleo de apoio ao exercício funcional dos Promotores de Justiça com atuação na área.



Além de capacitar Promotores de Justiça e servidores para atuarem em casos que envolvam a violência doméstica, o núcleo objetiva o fortalecimento da atuação ministerial no combate à violência doméstica e familiar, com desenvolvimento de uma gestão do conhecimento que permita aos Promotores de Justiça qualificar suas intervenções judiciais e extrajudiciais para garantir a adoção de mecanismos eficazes à proteção física e moral da mulher vítima de violência.

A criação e estruturação do Núcleo é fruto de convênio firmado entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a União, por intermédio da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça que criou o **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci**.

- **Sonegação Fiscal** - Como resultado da articulação entre as **Promotorias Especializada no Combate aos Crimes Contra Ordem Tributária** e a **8ª Promotoria Criminal de Porto Alegre** - tendo início a partir de auditoria fiscal realizada pela Receita Estadual - foram condenados três fabricantes paulistas do ramo de cerveja e um distribuidor gaúcho por fraudes no ICMS, as quais causaram o prejuízo de **R\$ 22.211.544,26** ao Estado.

A prática criminosa envolveu a simulação na exportação de cerveja, possibilitando que os bens fossem vendidos ilicitamente no mercado interno sem o pagamento de qualquer tributo. Objetivando o ressarcimento ao erário estadual dos valores sonegados, foi julgado procedente o seqüestro de bens dos denunciados, restando a perda de **15 bens imóveis, 19 veículos e 21 outros bens**.

- **Operação Hereford** – Em 2008, a **Promotoria de Justiça Especializada Criminal** desencadeou a Operação Hereford, com o objetivo de desbaratar uma organização criminosa que agia, há mais de 10 anos no Sul do Brasil, praticando delitos de estelionato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Foram cumpridos **17** mandados de prisão e **25** de busca e apreensão, nas cidades de Canoas, Cachoeirinha, Imbé, Santana do Livramento, Bagé, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santo Antônio da Patrulha, Ibirubá e Panambi.

A organização ludibriava produtores rurais de todo o Brasil, prometendo a venda de diversas mercadorias, desde silos para armazenagem de grãos até tratores, a organização teria lucrado **R\$ 5 milhões** com os golpes. A Operação movimentou cerca de **80 pessoas**, entre policiais civis, militares e servidores do Ministério Público.

- **Operação "Tablado"** – Essa operação recolheu provas para apurar fraude ocorrida na Secretaria Estadual da Cultura causando prejuízos de aproximadamente **R\$ 4 milhões** aos cofres gaúchos. Foram falsificados documentos para serem utilizados na contabilidade fiscal de várias empresas, inclusive de pessoa jurídica que se beneficiou da renúncia fiscal de ICMS sem existir projeto aprovado pela Secretaria. Ao todo, a ação desencadeada contou com **78 pessoas e 31 veículos**.

- **Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro** - Termo de Convênio firmado entre o Ministério Público Gaúcho e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, teve como objeto a criação do **Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro**. O Termo prevê, ainda, capacitação e treinamento de servidores e colaboradores do Ministério Público, transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação de seu uso e adaptação, obedecido um Plano de Trabalho pré-aprovado e respeitados os objetos, normas e diretrizes do Pronasci.

Para a execução do Convênio, serão aportados recursos no valor total estimado de **R\$ 3.087.954,85**, divididos entre o Ministério da Justiça – **R\$ 2.150.340,00** - e Ministério Público Estadual - **R\$ 937.614,85**.

O Laboratório visa a subsidiar agentes públicos na geração de provas materiais ao cruzar informações de várias fontes - como setores de inteligência policial e bancos de dados de órgãos públicos e privados, em tempo recorde, reduzindo o tempo de investigação, por exemplo, de cinco anos para três meses.

O Convênio faz parte de um dos objetivos do Mapa Estratégico do Ministério Público, elaborado pelo GEMP 2022, que busca captar recursos extra-orçamentários que serão investidos na atividade-fim da Instituição.

- **Fiscalização de ONGS** - O Projeto visou proporcionar aos Promotores de Justiça subsídios para **fiscalização preventiva** e **proativa** do repasse e gerenciamento de verbas públicas às organizações do terceiro setor dos municípios, **prevenindo** a ocorrência de possíveis **irregularidades** e

proporcionando respostas às comunidades locais em caso de constatação de desvio de finalidade dessas entidades.

No curso da execução do projeto, foram distribuídos às Promotorias do interior do Estado, informações e roteiros de investigação de forma a aprimorar e intensificar sua atuação na fiscalização de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos (ONGs, Associações, Fundações, Cooperativas etc.). Na finalização dessa etapa, foram instaurados **77 expedientes** investigatórios sobre o tema.

- **Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Secretaria de Segurança Pública do RS** - Iniciativa interinstitucional que congrega a participação de diferentes órgãos – Secretaria de Segurança Pública do RS, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil e Brigada Militar, SUSEPE – para a gestão da área de segurança pública no Estado.

Meio Ambiente



- **Programa de Atuação Integrada por Bacias Hidrográficas - Redes Ambientais** - Este programa teve como objetivo promover **ações preventivas** a fim de afastar os danos ambientais existentes nas bacias hidrográficas, bem como buscar a reparação de áreas degradadas com a finalidade de proteger os recursos hídricos.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a proteção
dos recursos hídricos

Ainda objetivou o alcance de um **posicionamento institucional** das questões de cunho ambiental regionais, o fomento da implantação de políticas públicas e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como o estímulo à atuação dos comitês de bacias como órgãos gestores da política de recursos hídricos, e a definição das prioridades de atuação institucional, sendo em caráter preventivo ou reparatório, desenvolvendo ações integradas para concretizá-las.

Os resultados obtidos foram positivos, onde se conseguiu promover uma articulação regional entre Promotorias de Justiça, Poder Público e a sociedade civil. Como resultados efetivos, pode-se citar: lançamento das **19 Redes Ambientais** previstas, definição de todos os Coordenadores das Redes Ambientais, instauração de **14 Inquéritos Cíveis Regionais**, assinatura de convênios/termos de cooperação entre o Ministério Público e outras Instituições, assinatura de TACs com orizicultores e a disponibilização de todas as informações na intranet e internet.

- O Ministério Público firmou **Termo de Cooperação** com o **Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)** tendo como objetivo principal o estabelecimento de articulação administrativa, técnica e operacional, de planejamento e elaboração de

projetos e desenvolvimento de atividades ambientais no âmbito das Bacias Hidrográficas do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, com vista à proteção do meio ambiente.

O convênio proporcionará, entre outras ações, o desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, visando à proteção do meio ambiente, a realização de cursos, seminários, congressos e mobilizações, a criação de meios para a produção de documentos, manuais técnicos e operacionais, para suporte das ações de educação e de fiscalização ambiental e a busca de inserção e integração das diversas instituições de ensino e pesquisa com atuação nas duas Bacias, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico das principais questões práticas e legais no que concerne ao meio ambiente.

Direitos Humanos

- **Paternidade Responsável** - Dando continuidade à implementação e à difusão da política de **Planejamento Familiar** que vem sendo desenvolvida pelo Ministério Público Estadual em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual da Saúde e com a Organização Não-Governamental Brasil Sem Grades no ano de 2008 foram realizados dois Cursos de Paternidade Responsável.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Exigir o cumprimento das normas relativas à promoção e prevenção da saúde

A idéia principal deste projeto foi de se evoluir o planejamento familiar de ação básica de saúde, passando da fase de mera orientação (desenvolvida, ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007, através dos eventos sobre Planejamento Familiar em todas as regiões do Estado) para a fase prática, fazendo com que os cursos de **Paternidade Responsável** passem a ser treinamentos práticos permanentes às equipes que lidam com as famílias – profissionais do Ministério Público, da saúde e da educação.

Os Cursos de Paternidade Responsável geraram 31 (trinta e um) projetos, elaborados pelos alunos, projetos estes que serão executados em seus municípios de origem.

- **Saúde** – Seguindo a implementação e a difusão da **Política Estadual de Saúde** e objetivando, ainda, instrumentalizar os Promotores de Justiça na área, promovendo espaços para discussão da dinâmica do SUS e o papel do Ministério Público para a efetiva aplicação desta Política, foram realizadas no ano de 2008, seis reuniões em comarcas do interior do Estado, abrangendo-se todas as Promotorias de Justiça.



- **Saúde Preventiva** - Este projeto visa avaliar o estágio de implementação da **Estratégia de Saúde em Família**, a partir do mapeamento do número de equipes da ESF habilitadas e capacitadas em planejamento familiar, buscando a adoção da ESF nos municípios em que está ausente e sua regularização naqueles municípios em que não estiver implementada adequadamente.

Em 2008, foi efetuado o diagnóstico de cada município em relação à disponibilidade de estratégia de saúde da família em comparação com a população, assim como elaborado roteiro de atuação de acordo com o resultado do diagnóstico realizado e encontros regionais para sensibilização dos Promotores quanto à questão da saúde da família.

A análise desses dados gerou pareceres que orientaram a atuação do Ministério Público no interior do Estado, tendo relevância para a saúde de **2.518.578** (dois milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e oito) pessoas, que é o número equivalente a **22,9%** da população rio-grandense.

- **Pessoas com Deficiência** - Em 2006, o Ministério Público celebrou convênio com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, com interveniência do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades, objetivando a integração das atuações dos partícipes, fixando princípios de cooperação técnica para estimular ações que possibilitem a melhor informação, implementação dos direitos sociais e individuais indisponíveis e a melhoria no que se refere à acessibilidade das pessoas com deficiência no Estado. Assim, dando seguimento a esses objetivos, o Ministério Público realizou em 2008 Fóruns Permanentes da Política Pública Estadual para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades.

Cível

Na área **cível** em geral, além de atuar em todos os processos judiciais em que há interesse social ou individual indisponível (causas de família, incapazes), o Ministério Público dedica especial atenção à defesa do patrimônio público, especialmente no combate à improbidade administrativa; no decorrer de 2008 desenvolveram-se projetos destinados a difundir os mais atualizados conceitos de combate à **improbidade administrativa** dos agentes públicos.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Garantir a ordem jurídica e constitucional, atuando nos processos de interesse público

- **Licitações** - O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul propondo a nulidade da licitação para a contratação de empresas de publicidade, no valor de aproximadamente **R\$ 93 milhões**. A licitação

em questão objetivava contratar seis empresas para responsabilizarem-se pelas contas publicitárias da Administração Pública direta e indireta, incluindo, dentre outros, DAER, Detran, CEEE, Corsan e Banrisul.

Dentre outras irregularidades, pôde-se apurar que houve previsão de contratação da 2ª a 6ª colocadas e não havia previsão, no edital, do valor máximo a ser pago a título de cachê e direitos autorais na reutilização de peças.

Essa ação do Ministério Público visa a impedir futuras contratações que, a par de ilegais, são prejudiciais ao Poder Público no que pertine à escolha das contratantes, aos valores a serem pagos às agências como forma de remuneração pelos serviços prestados e à própria transparência da administração pública.

- **Capacitação** - Foram realizados encontros regionais, com o objetivo de subsidiar os Promotores de Justiça, que têm como objeto suas matérias de atuação na área cível, em especial os que atuam na defesa do patrimônio público, criando procedimentos uniformes de atuação.

Tais encontros objetivaram capacitar os Promotores de Justiça mediante a entrega de informações atualizadas e troca de experiências entre os membros, para atingir um de nossos objetivos definidos, que é o incremento no combate à corrupção.

- **Controle de Fundações** - Este projeto objetiva estabelecer normas para a atuação das Curadorias e Procuradoria de Fundações, atualizando a legislação institucional sobre o funcionamento administrativo interno e a atividade de controle das fundações.

Em 2008, foi editado provimento estabelecendo normas para atuação das Curadorias e da Procuradoria de Fundações, assim como o desenvolvimento de sistema informatizado para controle; ainda foi elaborada cartilha com orientações às Fundações e roteiro para realização de inspeções com base nas melhores práticas identificadas na Instituição.

- **Banco de Dados dos Preços de Bens e Serviços Necessários à Administração Municipal** - Projeto que visa propiciar aos Membros do Ministério Público informações sobre preços de serviços e produtos adquiridos por órgãos públicos, de modo a facilitar a investigação relacionada a crimes de licitações e atos de impropriedade administrativa. Pretende-se disponibilizar aos Promotores de Justiça mecanismos que facilitem a identificação de possíveis irregularidades nas aquisições de bens e serviços pelas administrações municipais.

Ao longo de 2008, buscou-se projetos similares já desenvolvidos em outros órgãos e, com base neste levantamento, se iniciou as tratativas para realização de convênio com Instituições que já possuam bancos de dados para pesquisa de preços de bens e serviços.

Consumidor

- **Combustíveis** - Em operação conjunta, realizada pelos Ministérios Públicos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, utilizando-se do **Laboratório Móvel** do Ministério Público Gaúcho, foram analisadas 124 amostras de combustíveis, coletadas em 84 postos de Florianópolis.

O laboratório móvel, comandado por um engenheiro químico, possui equipamentos para testar a qualidade da gasolina, álcool e óleo diesel, como analisador de ponto de fulgor, densímetro, condutivímetro eletrônico e destilador. O laboratório faz, também, testes de proveta para definição do percentual de álcool anidro na gasolina.

Desde que foi implantado o laboratório, há cinco anos, os índices de amostras com adulteração de combustíveis, no Rio Grande do Sul, foram reduzidos de **29%** para **0,4%**, graças à fiscalização permanente. Santa Catarina é o oitavo estado que recebe o apoio da equipe gaúcha.

- **Leite** - O Ministério Público assinou Termo de Cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates, mantenedora do Centro Universitário Univates. O Termo visa implementar atuação conjunta na avaliação da conformidade dos produtos lácteos no Estado, com vistas à prevenção e repressão das abusividades ao mercado de consumo e à ordem econômica.

Tendo como objeto executar atuação conjunta no sentido de prevenir e coibir qualquer alteração das características dos produtos lácteos que tenham o potencial de torná-los inadequados, químico ou biologicamente, ao consumo, ou que, de alguma forma, desrespeite as exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica aplicável, seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Atuar na prevenção dos danos ao consumidor e responsabilizar os agentes econômicos

Ordem Urbanística

- **Termo de Cooperação** – Foi assinado termo de cooperação envolvendo a Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Brigada Militar, CRECI, CREA, DEMHAB, SINDUSCON, SERGS e SAERGS, com o escopo de viabilizar a regularização de **loteamentos clandestinos** e o congelamento de novas ocupações, tendo por objetivo maior a tutela do direito de moradia e o impedimento do crescimento desordenado dos assentamentos informais no âmbito da Capital gaúcha.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos
Foco de Atuação

Promover a criação e fiscalizar a gestão dos planos diretores dos municípios

Regularização das ocupações e loteamentos ilícitos com finalidade urbana

- O Ministério Público e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR), desenvolveram tratativas para a renovação do **Termo de Cooperação** que estabelece bases para a **cooperação técnico-operacional**, com vistas à discussão, proposição e aplicação de instrumentos normativos de política urbana e ambiental, destinados à conjugação das iniciativas dirigidas à implementação da regularização fundiária e urbanística de interesse social no Estado, mediante a democratização do acesso ao espaço urbano e efetivação dos instrumentos de política urbana, bem como à conjugação das iniciativas objetivando a universalização e a implementação de melhorias na qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos e demais questões ambientais.

Pelo ajuste, compete ao Ministério Público e à SEHADUR designar membros para promover ou participar de encontros, seminários e oficinas visando à troca de experiências, à formação bilateral, à organização de cursos de atualização acerca das questões urbanas em geral, das questões de regularização fundiária e das questões ambientais em geral, à revisão da legislação ligada a esses temas, à concepção de instrumentos e demais ações conjuntas adequadas e necessárias ao perfeito desenvolvimento do Termo de Cooperação.

- Ressalta-se também, como um dos temas que frequentou a pauta ministerial ao longo 2008, a demarcação de áreas para **pesca** e **surfe** no litoral gaúcho, trazido ao Ministério Público pelo Deputado Estadual Sandro Boka e integrantes da Federação Gaúcha de Surf (FGS).



- **Planos Diretores e Leis de Diretrizes Urbanas** - Este projeto atende a necessidade de fomentar a ocupação do solo urbano de forma ordenada, possibilitando prever de que modo está ocorrendo o crescimento das cidades, objetivando melhor qualidade de vida e proteção ao meio ambiente.

Como etapa inicial deste projeto foi realizado levantamento dos municípios com mais de 15.000 habitantes, das aglomerações urbanas e dos municípios de regiões metropolitanas que não possuem Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas, a fim de que fosse iniciada a celebração de acordos ou a propositura de ações visando a promoção e a criação de Planos Diretores ou Lei de Diretrizes Urbanas nesses municípios.

Alguns municípios tiveram a oportunidade de obterem mais prazo para se adequar ao regramento legal. Como resultado prático, 7 municípios tiveram seu Plano Diretor ou sua Lei de Diretrizes Urbanas implementados.

Em relação aos municípios obrigados a possuírem Plano Diretor e que não atendam esta determinação, serão divulgadas orientações para a propositura de ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e assinaturas de TACs. Além disso, será fomentada a criação de Leis de Diretrizes Urbanas ou Planos Diretores em municípios com mais de 15.000 e menos de 20.000 habitantes.

- **Roteirização do Inquérito Civil** - foi realizado no Município de Bento Gonçalves, o evento denominado **“Roteirização do Inquérito Civil: Aperfeiçoamento da Investigação Urbano-Ambiental”**. Dito evento visou **aperfeiçoar** e **uniformizar** os procedimentos investigatórios de danos urbano-ambientais nos inquéritos civis instaurados pelos órgãos de execução do Ministério Público.

OUTRAS PERSPECTIVAS E TEMAS ESTRATÉGICOS

A fim de aprimorar a atuação ministerial nas suas principais áreas de atuação, também foram desenvolvidos projetos não diretamente ligados a atividade-fim do Ministério Público, mas que proporcionam recursos e visibilidade para a Instituição.

- **Recursos extra-orçamentários** - Este objetivo visa buscar, por meio de parcerias nos setores público e privado, bem como com entidades de fomento, recursos financeiros desvinculados da arrecadação do tesouro do Estado, que possam complementar o orçamento do Ministério Público.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Recursos

Captar recursos
extra-orçamentários

Em 2008, Ministério Público captou recursos extra-orçamentários equivalentes a aproximadamente 1% de seu orçamento - **R\$ 8.054.960,00**, assim, a meta anual foi superada em **268,50%**. Como exemplos, foram garantidos por meio dessa forma de obtenção de recursos o núcleo para implantação do cadastro da Lei Maria da Penha e toda a implementação do laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro.

- **Pesquisa de Imagem** - O Ministério Público do Rio Grande do Sul estabeleceu em sua estratégia a imagem pela qual pretende ser percebido pela sociedade gaúcha, ou seja, seu posicionamento estratégico: ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas (atributos: efetivo, parceiro, acessível, independente, ético, responsável e atuante).

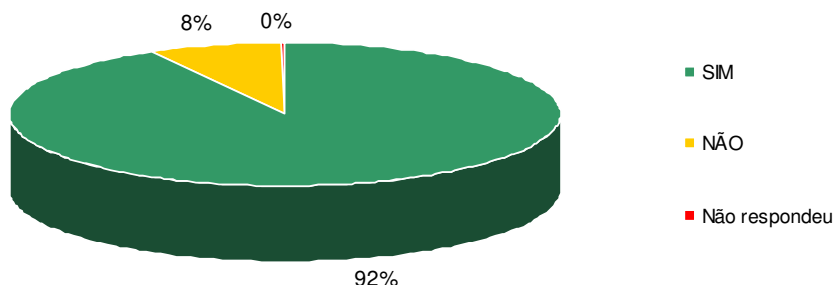
Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Sociedade

Ser reconhecido como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, por meio da indução e da fiscalização de políticas públicas

Assim, para que seja possível verificar o quanto o Ministério Público aproxima-se da imagem desejada, torna-se fundamental a realização de pesquisas periódicas para identificar a imagem que a sociedade gaúcha possui da instituição. Nesse sentido, foi realizada em 2008 a primeira Pesquisa de Imagem do MPRS. Contemplou etapas qualitativas e quantitativas, nas quais foram ouvidas **1.632** pessoas em todas as regiões do Estado que apresentaram suas impressões a respeito da Instituição.

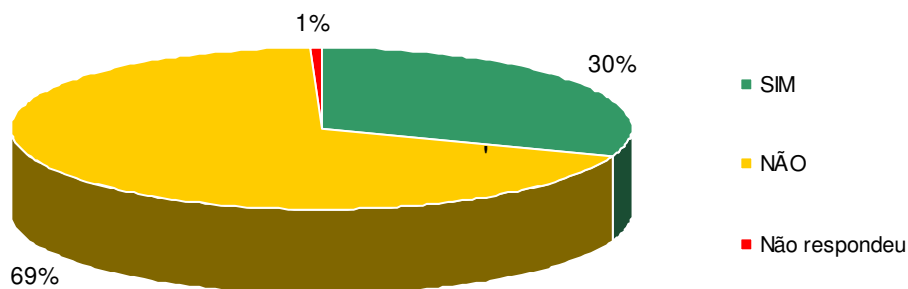
A seguir são apresentados alguns dados merecedores de destaque, dentre os diversos abordados pela pesquisa:

Você Conhece ou já Ouviu Falar no Ministério Público do Rio Grande do Sul? (Índice 1)



Características Importantes	Metropolitana		Porto Alegre		Noroeste		Nordeste		Sudeste		Sudoeste		Centro Oriental		Centro Ocidental		Geral	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Transparência	267	52%	139	56%	139	57%	96	60%	87	58%	82	66%	62	58%	49	57%	921	57%
Responsabilidade	270	53%	141	56%	125	51%	76	48%	89	59%	58	46%	53	50%	45	52%	857	53%
Ética	179	35%	129	52%	108	44%	75	47%	68	45%	64	51%	50	47%	47	55%	720	44%
Solução de problemas	234	46%	97	39%	90	37%	72	45%	69	46%	57	46%	54	51%	24	28%	697	43%
Bom atendimento	174	34%	126	50%	88	36%	66	41%	73	49%	45	36%	44	42%	46	53%	662	41%
Competência	180	35%	100	40%	89	37%	74	46%	56	37%	61	49%	46	43%	42	49%	648	40%
Agilidade	177	35%	83	33%	85	35%	61	38%	64	43%	55	44%	46	43%	29	34%	600	37%
Acessível	131	26%	77	31%	57	23%	33	21%	57	38%	43	34%	35	33%	27	31%	460	28%
Comprometimento	124	24%	57	23%	49	20%	42	26%	44	29%	34	27%	33	31%	26	30%	409	25%
Iniciativa	95	19%	51	20%	29	12%	42	26%	21	14%	23	18%	28	26%	21	24%	310	19%
Autonomia	115	23%	51	20%	28	12%	23	14%	26	17%	27	22%	18	17%	11	13%	299	18%
Parceria	69	14%	34	14%	27	11%	26	16%	25	17%	8	6%	9	8%	12	14%	210	13%
BASE	509	100%	250	100%	243	100%	160	100%	150	100%	125	100%	106	100%	86	100%	1.629	100%

Você já Utilizou os Serviços do Ministério Público do Rio Grande do Sul?





- **Atendimento ao Público** - Este projeto visa **padronizar rotinas de atendimento**, com especial atenção aos procedimentos de triagem, agendamento, encaminhamento e registro, bem como a avaliação do atendimento através da aplicação de pesquisa de satisfação. Desenvolveu-se projeto-piloto nas Promotorias de Justiça de Tapes, Passo Fundo, Jaguarão, Taquara e Caxias do Sul. Em janeiro de 2009 o projeto será implantado, conforme o cronograma do Programa Veraneio, nas Promotorias de Justiça de Torres, Capão da Canoa e Tramandaí.

Mapa Estratégico MPRS
Perspectiva: Processos

Intensificar a
comunicação do MP
com a sociedade

Aprimorar o atendimento
ao público

- **Portal Transparência MP** - Este portal disponibiliza dados sobre a gestão da Instituição através do site do MP na internet. Por meio do portal Transparência, o cidadão pode ser fiscal do Ministério Público. É uma ferramenta que garante um controle, por parte da comunidade gaúcha, da Instituição.



Além de proporcionar o acesso a dados sobre a gestão e a estrutura do Ministério Público, a página reúne em sua interface vários serviços. São 10 seções: Ouvidoria, Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Diário Eletrônico, Receitas, Gastos, Prestação de Contas, Licitações, Legislação e Membros do MP. A navegação é ágil e os dados são disponibilizados de forma gratuita e segura.



- **Pesquisa de Satisfação** - A qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços do Ministério Público deve ser, sempre, um compromisso institucional. Por isso, faz-se necessário colher informações e sugestões dos destinatários desses serviços, bem como realizar, sistematicamente, avaliações dos atendimentos prestados, tudo com a finalidade de proporcionar a contínua melhoria do serviço de atendimento ao público.

A idéia vem sendo aprimorada no âmbito do Ministério Público desde o **Programa Veraneio** de 2003, que implementou a iniciativa pioneira de aferição do grau de satisfação dos usuários de nossos serviços. A partir dessa experiência e de outras iniciativas isoladas de Promotorias de Justiça do interior do Estado, como parte integrante do **Projeto Atendimento ao Público**, formatou-se um questionário, que é colocado à disposição do público que procura atendimento nas Promotorias de Justiça, e que busca aferir o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado pelos servidores e Membros do Ministério Público, bem como em relação ao tempo de espera, encaminhamento dado ao caso e às condições físicas e de infra-estrutura dos espaços destinados aos atendimentos.

Ouvindo os usuários dos serviços ministeriais, acredita-se, estar-se-á caminhando no sentido de aproximar a população do Ministério Público, uma vez que esse diálogo com a sociedade propiciará à Instituição a correção de eventuais deficiências e a conseqüente melhoria do serviço, o que, em última análise, atende ao compromisso de zelar pelo respeito absoluto ao cidadão, destinatário final de todo o serviço público.

A pesquisa para aferição da **qualidade do atendimento** prestado pelo Ministério Público é realizada por meio de questionário com perguntas fechadas, a ser respondido pelos usuários após o atendimento realizado, em local reservado, evitando-se, assim, qualquer constrangimento/influência nas respostas. Para uma melhor compreensão das informações colhidas, são utilizados dois formulários, um para aqueles que comparecem espontaneamente à Promotoria de Justiça, e outro para os que comparecem em função de notificação.



Dê a sua opinião



MINISTÉRIO PÚBLICO
 Estado do Rio Grande do Sul

Promotoria de Justiça de Tramandaí

1. Quanto tempo você esperou para ser atendido ?

☐ 10 minutos
☐ 20 minutos
☐ 30 minutos
☐ 1 hora
☐ +1 mais de 1 hora
2. Solicitou atendimento pelo Promotor de Justiça?

☐ Sim
☐ Não
3. Foi atendido pelo Promotor de Justiça?

☐ Sim
☐ Não

Assinale seu nível de satisfação:

ótimo
bom
regular
ruim

4. Tempo de espera?





5. Atendimento pelo funcionário?





6. Atendimento pelo Promotor de Justiça?





7. Encaminhamento dado ao seu caso?





8. Instalações da Promotoria (ex.: comodidade, privacidade, condições de acesso ao prédio, etc.)





9. Avaliação geral do atendimento?






10. Na sua opinião, qual(ais) das áreas abaixo enumeradas o MP deve dar prioridade em suas ações?

☐ CRIME

☐ CORRUPÇÃO

☐ CONSUMIDOR

☐ MEIO AMBIENTE

☐ INFÂNCIA E JUVENTUDE

☐ DIREITOS HUMANOS (SAÚDE, IDOSOS, DEFICIENTES E ETC.)

☐ PROBLEMAS URBANOS (LOTEAMENTO, SANEAMENTO, PLANO DIRETOR, ÁREA VERDE, ETC.)

☐ OUTRA. QUAL? _____

Escreva aqui suas críticas, elogios e sugestões:

Caso queira identificar-se:

Nome: _____

Endereço: _____

e-mail: _____ fone: (____) _____

Se preferir, acesse www.mp.rs.gov.br/ouvidoria ou ligue (51) 3295-1601

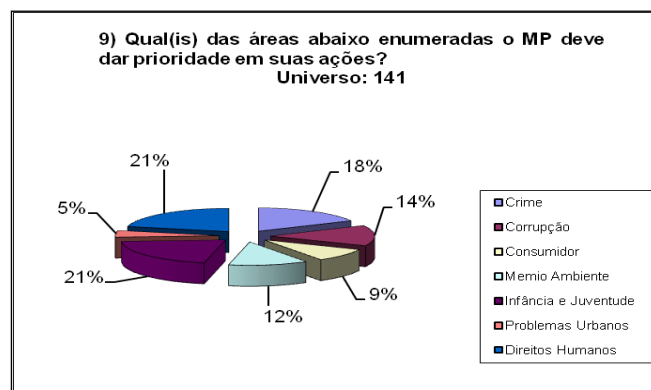
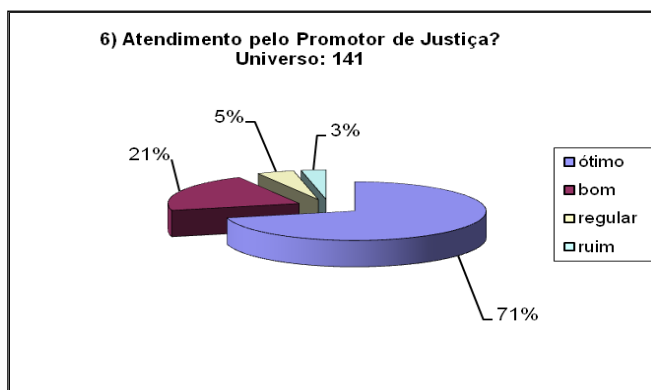
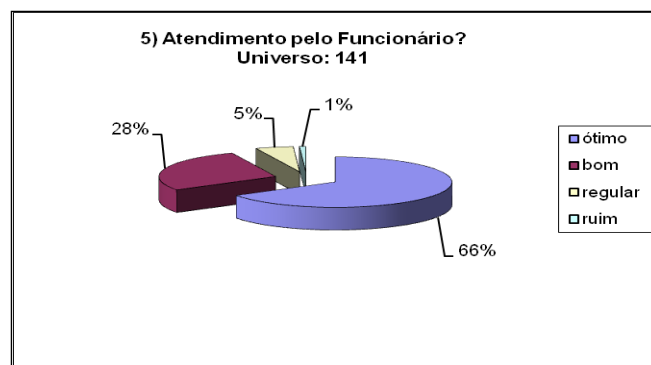
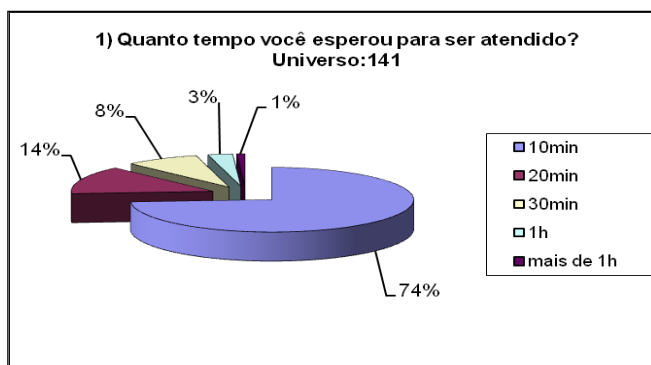
Data: ____/____/____

comparecimento espontâneo

Os dados são totalizados periodicamente, e os resultados obtidos analisados pelo GABPLAN, SUBINST e pelos titulares de cargo das Promotorias de Justiça onde a pesquisa é realizada.

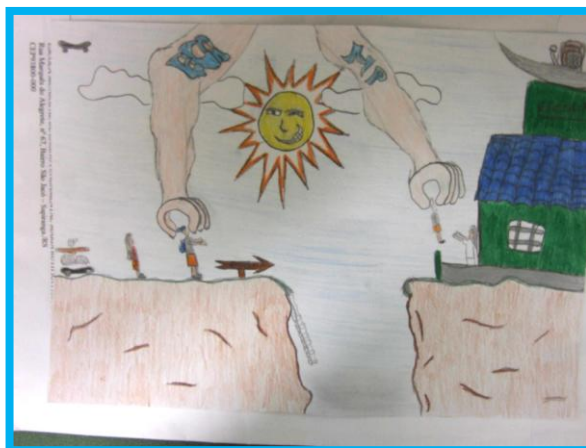
Realizado um levantamento preliminar das pesquisas de satisfação, considerado um período de três meses de implementação, nas Promotorias de Tapes (julh/ago/set), Passo Fundo (ago/set/out), Jaguarão (set/out/nov), Caxias do Sul (out/nov/dez) e Taquara (set/out/nov), chegou-se ao seguinte resultado: Somatório das respostas “Ótimo” / Somatório de todas as respostas X 100) = **60,98%**; (Somatório das respostas “Ótimo” + “Bom” / Somatório de todas as respostas X 100) = **92,42%**.

Gráficos da pesquisa de satisfação Promotoria de Justiça de Caxias do Sul (outubro/2008)





- Programa “Aperfeiçoar a comunicação externa do Ministério Público”- Desencadearam-se projetos estratégicos que foram apresentados à comunidade, em setembro de 2008, com o painel “Ministério Público, Imprensa e Controle Social: há intocáveis na República?”, que contou com a participação de renomados jornalistas, juristas e acadêmicos.



Dentre os projetos destaca-se o **1º Prêmio Estudantil do Ministério Público Guardião da Sociedade** que laureou os quatro melhores trabalhos de estudantes nas categorias ilustração e redação sobre as competências e atribuições constitucionais do Ministério Público. Foram recebidos **292** trabalhos de diversas regiões do Estado.

O **1º Prêmio Estadual de Monografia Jurídica** teve como temática “O papel do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis”. Foram recebidos 18 trabalhos de estudantes de Direito de todo o Rio Grande do Sul.

Implantou-se, também, o projeto **radioescuta** que monitora, diariamente, três grandes veículos de rádio da capital. Destaca-se, ainda, o projeto piloto de **estagiários de jornalismo no interior** do Estado. Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Caxias do Sul receberam estagiários de jornalismo, que foram selecionados e treinados em ação conjunta da Assessoria de Imprensa com os Promotores das referidas comarcas. Tal projeto tem-se mostrado bastante positivo na medida em que amplia a divulgação da atuação do Ministério Público.



No ano de 2008, a Assessoria de Imprensa produziu **916** matérias jornalísticas para o site do Ministério Público, que acabou por tornar-se verdadeira **agência de notícias**, com o aumento significativo do acesso de usuários ao site. Foram gravados **425** boletins de áudio e **52** programas de televisão “**Conhecendo o Ministério Público**”.

- **Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”** - O Ministério Público associou-se ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE) e à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) para divulgar a campanha “**O que você tem a ver com a corrupção?**”, tendo como objetivo principal **conscientizar a sociedade**, especialmente crianças e adolescentes, em relação aos malefícios da corrupção, a partir de um diferencial: que é o incentivo à **honestidade** e **transparência** das atitudes do cidadão comum, destacando atos rotineiros que contribuem para a formação do caráter.



O projeto como um todo pretende alcançar dois pontos fundamentais. Em um primeiro momento, **reduzir a impunidade** através da abertura de um canal real para oferecimento e encaminhamento de denúncias; e, em longo prazo, **educar** e **estimular** as novas gerações para que contribuam na construção de um Brasil mais justo e sério.

- **Programa Veraneio** - A exemplo do que ocorreu nos últimos anos o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do **Programa Veraneio**, implementado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2008 nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, adotou medidas estratégicas para responder às necessidades decorrentes do aumento da população (e, conseqüentemente, das demandas sociais e dos conflitos interindividuais) no litoral norte.

Registram-se, a seguir, os números finais referentes à pesquisa de opinião Programa Veraneio 2008 (universo da pesquisa = 534 formulários preenchidos):

Questionamento	Comparecimento espontâneo	Comparecimento por notificação	Média
Quanto tempo você esperou para ser atendido?	Até 10 min 76%	Até 10 min 58%	67% até 10 min
	Até 20 min 18%	Até 20 min 20%	19% até 20 min
Você solicitou atendimento pelo Promotor de Justiça?	Sim 82%	Não 18%	
Você considera esse tempo de espera:	Ótimo 67%	Ótimo 47%	89,5% de avaliação positiva
	Bom 28%	Bom 37%	
Foi atendido pelo Promotor de Justiça?	Sim 83%		
	Não 17%		
Atendimento prestado pelo funcionário da Promotoria:	Ótimo 78%	Ótimo 57%	97,5% de avaliação positiva
	Bom 20%	Bom 40%	
Atendimento prestado pelo Promotor de Justiça:	Ótimo 75%	Ótimo 58%	97% de avaliação positiva
	Bom 23%	Bom 38%	
Encaminhamento dado a seu caso pelo Promotor de Justiça:	Ótimo 67%	Ótimo 47%	91,5% de avaliação positiva
	Bom 29%	Bom 40%	
Avalie as instalações da promotoria destinadas ao atendimento (ex.: comodidade, privacidade, condições de acesso ao prédio, etc.):	Ótimo 63%	Ótimo 58%	97,5% de avaliação positiva
	Bom 37%	Bom 37%	
Horário de expediente externo da Promotoria:	Ótimo 61%	Ótimo 56%	97% de avaliação positiva
	Bom 35%	Bom 42%	
Na sua opinião, qual(ais) das áreas abaixo enumeradas o MP deve dar prioridade em suas ações?	Crime em geral – 19%	Crime em geral – 20%	19,5 %
	Corrupção – 15%	Corrupção – 15%	15%
	Consumidor – 9%	Consumidor – 7%	8%
	Infância e Juventude, Idosos e Deficientes – 31%	Infância e Juventude, Idosos e Deficientes – 33%	32%
	Meio Ambiente – 13%	Meio Ambiente – 13%	13%
	Trabalho Infantil/Trabalho Escravo – 0%	Trabalho Infantil/Trabalho Escravo – 0%	0%
	Nenhuma destas – 13%	Nenhuma destas – 12%	12,5%

Atuação Funcional



TOTAL GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU**1 - Relatório referente à matéria da Defesa Comunitária e Cidadania****1.1 - Atuação Extrajudicial**

01) Pessoas atendidas	28.879
02) Notícias/representações/reclamações recebidas	10.364
03) Indeferimento de instauração	1.126
04) Peças de informação/inquéritos civis/procedimentos administrativos instaurados	11.775
05) Manifestações diversas	166.392
06) Audiências realizadas (IC, PI e PA)	14.325
07) Vistorias realizadas pessoalmente	446
08) Participações em reuniões e eventos	2.172
09) Audiências públicas/reuniões realizadas	1.336
10) Compromissos de ajustamento firmados	4.156
11) Recomendações	338
12) Promoções de arquivamento	9.238

1.2 - Atuação Judicial

13) Ações ajuizadas	2.265
14) Réplicas	972
15) Memoriais/debates	430
16) Razões e contra-razões	812
17) Acordos homologados	80
18) Audiências judiciais assistidas	1.780
19) Audiências judiciais não assistidas	249
20) Outras manifestações	16.224

1.3 - Atuação Criminal

21) Procedimentos investigatórios criminais instaurados	457
22) Requisição de IP ou TC	688
23) Denúncias oferecidas	850
24) Encaminhados ao JECRIM	2.070
25) Pedidos de diligências	675
26) Promoções de arquivamento	1.407
27) Alegações escritas/debates	205
28) Audiências judiciais assistidas	1.929
29) Audiências judiciais não assistidas	357
30) Razões/contra-razões	118
31) Outras hipóteses	5.486

2 - Relatório referente à matéria da Infância e Juventude

2.1 - Matéria Cível

2.1.1 – Atuação Extrajudicial

01) Notícias/representações/reclamações recebidas	14.071
02) Peças de informações e inquéritos civis instaurados	949
03) Outros expedientes administrativos instaurados no período (PA, RD, NT etc.)	10.449
04) Indeferimento de instauração	143
05) Audiências realizadas (IC, PI, SI e PA)	5.709
06) Manifestações diversas em expedientes	93.984
07) Vistorias realizadas pessoalmente	247
08) Recomendações	332
09) Compromissos de ajustamento firmados	283
10) Promoções de arquivamento	7.977
11) Expedientes sem impulso há mais de 30 dias	877
12) Participação em reuniões e eventos	1.397
13) Audiências públicas/reuniões realizadas	1.218
14) FICAIs recebidas	5.699
15) Comunicações de internação compulsória recebidas	1.224

2.1.2 – Atuação Judicial

16) Ações civis ajuizadas no período	923
17) Representações por irregularidades ou infrações administrativas ajuizadas	426
18) Medidas de proteção propostas no período	1.862
19) Suspensão ou destituição do poder familiar propostas no período	732
20) Razões e contra-razões de recursos	904
21) Pareceres	6.174
22) Promoções diversas	56.174
23) Processos com vista, fora do prazo	07

2.2 - Matéria Criminal

24) Inquéritos policiais recebidos no período	1.187
25) Inquéritos policiais vindos do período anterior	271
26) PICs instaurados no período	74
27) PICs em tramitação	304
28) PICs pendentes de manifestação	20
29) Pedidos de diligências sem denúncia	280
30) Denúncias oferecidas	357
31) Pedidos de arquivamento	556

2.3 - Ato Infracional

32) Expedientes transferidos do período anterior	1.475
33) Expedientes recebidos no período	32.264
34) Pedidos de diligências	4.003
35) Expedientes pendentes de manifestação	682
36) Pedidos de arquivamento	10.172
37) Audiências de apresentação realizadas	14.388
38) Remissões concedidas, sem aplicação de medidas	1.821
39) Remissões concedidas, com aplicação de medidas	7.117
40) Representações oferecidas	7.011
41) Internações provisórias requeridas	863

2.3.1 – Adolescentes Representados

42) Total de adolescentes representados	8.136
43) Representados por homicídio doloso, consumado ou tentado, simples ou qualificado:	289
44) Idem, cometido em bando ou gangue	07
45) Idem, no ambiente doméstico	04
46) Idem, contra criança ou adolescente	06
47) Por homicídio culposo no trânsito	07
48) Por lesões corporais	1.103
49) Por lesões corporais no trânsito	22
50) Por latrocínio, consumado ou tentado	61
51) Por roubo, consumado ou tentado	1.012
52) Por furto, consumado ou tentado	2.701
53) Por infração à liberdade sexual	135
54) Por tráfico de drogas	284
55) Por porte de entorpecentes	297
56) Por porte de arma	235
57) Outros atos infracionais	2.484

2.3.2 – Fase Judicial

58) Manifestações diversas na fase de conhecimento	17.708
59) Debates orais	466
60) Memoriais	3.035
61) Recursos interpostos pelo Ministério Público	510
62) Contra-razões de recursos	1.155
63) Promoções na fase de execução de medida socioeducativa	14.539

2.3.3 – Medidas Socioeducativas Aplicadas

64) Advertência	4.163
65) Reparação do dano	116
66) Prestação de serviço à comunidade	2.709
67) Liberdade assistida	505
68) Semiliberdade	26
69) Internação com atividades externas	71
70) Internação sem atividades externas	254
71) Progressões em medidas aplicadas	81
72) Regressões de medidas aplicadas	104

2.4 – Dados Gerais

73) Pessoas atendidas	23.956
74) Procedimentos em tramitação na Promotoria, relacionados a abrigo	133
75) Crianças/adolescentes abrigados no período	3.563
76) Total de crianças/adolescentes abrigados	1.304
77) Entidades de abrigo existentes no Estado	90
78) Audiências judiciais assistidas	21.131
79) Audiências judiciais não assistidas	3.317

2.5 – Informações do Cartório Judicial

80) Processos de apuração de ato infracional em andamento	7.573
81) Demais processos da infância e juventude em andamento	19.033
82) Processos de execução de medida socioeducativa em andamento	3.198
83) Reparação do dano	69
84) Prestação de serviço à comunidade	1.775

85) Liberdade assistida	495
86) Semiliberdade	07
87) Internação	91

3 - Relatório referente à matéria Cível

3.1 - Família e Sucessões

01) Intervenções em habilitação de casamento	34.992
02) Promoções	149.948
03) Pareceres	68.513
04) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	586
05) Acordos firmados na Promotoria	424
06) Inspeções do Ministério Público (tutelas e interdições)	209
07) Recursos interpostos pelo Ministério Público	94
08) Manifestação em recursos das partes	1.202
09) Outras hipóteses	3.132

3.2 - Varas Cíveis

10) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	598
11) Promoções	46.632
12) Pareceres	25.821
13) Recursos interpostos pelo Ministério Público	352
14) Manifestações em recursos das partes	1.372
15) Outras hipóteses de intervenção	3.317

3.3 - Fundações

16) Fundações em funcionamento	361
17) Visitas de inspeção realizadas	98
18) Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	08
19) Outras formas de atuação	374

3.4 - Fazenda Pública

20) Promoções	56.066
21) Pareceres	107.523
22) Recursos interpostos pelo Ministério Público	1.121
23) Manifestações em recursos das partes	24.493
24) Outras hipóteses	8.338

3.5 - Registros Públicos

25) Promoções	6.161
26) Pareceres	6.299
27) Ações ajuizadas pelo Ministério Público	47
28) Recursos interpostos pelo Ministério Público	13
29) Manifestações em recursos das partes	39
30) Outras hipóteses	720

3.6 – Falência e Recuperação de Empresas

3.6.1 – Matéria Criminal

31) Promoções diversas em inquéritos ou PICs	460
32) Inquéritos policiais requisitados	00
33) Extinção da punibilidade	61
34) Denúncias oferecidas	58
35) PICs em andamento	01
36) PICs instaurados	35
37) PICs arquivados	39

3.6.2 – Matéria Cível

38) Promoções em falências	6.222
39) Pareceres em falências	1.421
40) Promoções em recuperações judiciais	202
41) Pareceres em recuperações judiciais	22
42) Pareceres em habilitação de crédito	6.574
43) Recursos interpostos pelo Ministério Público	24
44) Leilões assistidos	107
45) Vistorias e inspeções	14
46) Ações ajuizadas	88
47) Outras hipóteses	11.619

3.7 – Dados Gerais

48) Pessoas atendidas	27.253
49) Audiências assistidas	65.018
50) Audiências não assistidas	19.701
51) Assistência a rescisões de contrato de trabalho	10.750
52) Número de processos em carga ao final do período, fora do prazo	297

3.8 – Informações do Cartório Judicial

53) Processos cíveis em andamento	1.131.422
-----------------------------------	-----------

4 - Relatório referente à matéria Eleitoral

4.1 - Atuação como Promotor Eleitoral

01) Inquéritos policiais recebidos do período anterior	21
02) Inquéritos policiais recebidos no período	446
03) Outros expedientes investigatórios recebidos	855
04) Pedidos de arquivamento de inquéritos policiais	156
05) Pedidos de diligências em inquéritos policiais	121
06) Procedimentos investigatórios criminais instaurados no período (Res.03/04-OECPMP)	81
07) Denúncias oferecidas	175
08) Promoções diversas em feitos criminais	1.127
09) Alegações finais	140
10) Ações/medidas ajuizadas pelo Promotor de Justiça	568
11) Ações de impugnação de registro de candidatura propostas	612
12) Ações de impugnação de mandato eletivo	36
13) Investigações judiciais eleitorais propostas	108
14) Representações por propaganda irregular propostas	566
15) Pareceres/intervenções diversas	40.777
16) Razões em recurso interpostos pelo Ministério Público	187

17) Contra-razões em recursos	356
18) Pareceres em recursos	197
19) Outras hipóteses de atuação	1.982

4.2 - Dados Gerais

20) Pessoas atendidas na Promotoria	4.330
21) Audiências assistidas	1.023
22) Audiências não assistidas	69
23) Inquéritos policiais pendentes de vista ao Ministério Público	00
24) Inquéritos policiais pendentes de manifestação no prazo	00
25) Inquéritos policiais pendentes de manifestação com prazo excedente	00
26) Número de processos em carga, ao final do período no prazo	89
27) Número de processos em carga, ao final do período fora do prazo	00
28) Número de processos devolvidos ao cartório sem exame	01

5 - Relatório referente à matéria Criminal

5.1 - Expedientes Investigatórios

5.1.1 - Inquéritos Policiais

01) Transferidos do período anterior	5.415
02) Recebidos no período	235.518
03) Outros expedientes investigatórios recebidos/Sindicâncias recebidas	45.272
04) Pedidos de diligência sem denúncia	23.310
05) Devolvidos com pedido de arquivamento	93.424
06) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	6.934
07) Manifestações diversas	111.301
08) Denúncias oferecidas	38.646
09) Pendentes de manifestação no prazo	1.761
10) Pendentes de manifestação com prazo excedente	3.210

5.1.2 - Procedimentos Investigatórios Criminais (Res. 03/04-OECPMP)

11) Instaurados no período	681
12) Em andamento	342
13) Manifestações diversas	5.008
14) Audiências realizadas	938
15) Pessoas ouvidas por termo	1.150
16) Promoções de arquivamento	348
17) Denúncias oferecidas	156
18) Pendentes de manifestação	452

5.2 - Juizado Comum

19) Pareceres e promoções diversos em processos criminais	175.443
20) Alegações finais escritas	24.838
21) Debates orais	1.206
22) Apelações interpostas	4.937
23) Recursos em sentido estrito interpostos	668
24) Contra-razões recursais	13.261
25) Correições parciais propostas	148
26) Mandados de segurança propostos	06
27) Habeas corpus propostos	330
28) Audiências judiciais assistidas	88.433
29) Audiências judiciais não assistidas	21.691

30) Propostas de suspensão condicional do processo	2.613
31) Processos pendentes de manifestação no prazo	548
32) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	309

5.3 - Juizado Especial Criminal

33) Termos circunstanciados transferidos do período anterior	2.783
34) Termos circunstanciados recebidos no período	237.537
35) Termos pendentes de manifestação	2.801
36) Manifestações diversas em termos circunstanciados	119.667
37) Denúncias oferecidas:	
37.1) Oraís	315
37.2) Escritas	10.342
38) Pedidos de diligência	13.809
39) Promoções de arquivamento por renúncia	14.226
40) Outras promoções de arquivamento	42.735
41) Pedidos de extinção da punibilidade	30.553
42) Transações propostas	24.491
43) Transações propostas com medida amparada nos objetivos do Projeto Justiça Terapêutica	989
44) Propostas de suspensão condicional do processo	4.698
45) Audiências assistidas	84.107
46) Audiências não assistidas	24.664
47) Recursos interpostos	442
48) Contra-razões oferecidas	962
49) Manifestações diversas em processos	18.439
50) Debates orais	742
51) Alegações escritas em substituição aos debates	1.659
52) Correições parciais propostas	22
53) Mandados de segurança propostos	00
54) Habeas corpus propostos	00
55) Pareceres emitidos (Turma Recursal)	2.085
56) Atuações em sessões realizadas (Turma Recursal)	20
57) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	120

5.4 - Pessoas Denunciadas (Consumado e Tentado)

58) Crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeitos	08
59) Crimes comuns cometidos por ex-prefeitos	14
60) Homicídio com dolo eventual no trânsito	46
61) Homicídio contra criança ou adolescente	22
62) Homicídio no ambiente doméstico	50
63) Homicídio culposo no trânsito	623
64) Homicídio culposo praticado por médico	12
65) Homicídio culposo (outras hipóteses)	201
66) Homicídio doloso	2.396
67) Aborto	69
68) Lesões graves contra criança ou adolescente	45
69) Omissão de socorro praticado por médico	01
70) Maus-tratos contra criança ou adolescente	232
71) Furto de veículos	814
72) Furto de residência ou comércio	8.412
73) Roubo contra pedestre	2.117
74) Roubo em residência ou estabelecimento comercial	2.515
75) Roubo a banco ou a transporte de valores	81
76) Roubo em transporte coletivo	449

77) Roubo contra criança ou adolescente	29
78) Roubo de veículo	891
79) Latrocínio em residência ou estabelecimento comercial	129
80) Latrocínio em transporte coletivo	04
81) Latrocínio contra criança ou adolescente	04
82) Extorsão mediante seqüestro	27
83) Receptação de veículos ou peças	1.644
84) Estelionato	2.104
85) Estupro ou atentado violento ao pudor	574
86) Idem, no ambiente doméstico	162
87) Idem, contra criança ou adolescente	701
88) Idem, cujo agente tem vínculo familiar com a vítima	228
89) Abandono material ou intelectual	331
90) Contra a administração pública	1.375
91) Contra a administração da justiça	561
92) Porte de arma	3.925
93) Tortura	57
94) Tortura contra criança ou adolescente	42
95) Embriaguez ao volante	2.184
96) Racismo	07
97) Meio ambiente	765
98) Tráfico de drogas	3.927
99) Porte de tóxicos para uso próprio	1.373
100) Ordem tributária	178
101) Falimentares	06
102) Abuso de autoridade civil	21
103) Abuso de autoridade militar	113
104) Falsificação de medicamentos	06
105) Relações de consumo	116
106) Outras infrações penais	2.269

5.5 - Da Prisão e Liberdade

107) Pareceres em pedidos de prisão/liberdade provisória	20.541
108) Prisões provisórias requeridas	2.025
109) Recursos interpostos	128

5.6 - Tribunal do Júri

110) Audiências assistidas	5.483
111) Audiências não assistidas	566
112) Alegações do artigo 406 do CPP	1.629
113) Libelos	1.201
114) Outros pareceres e promoções	14.948
115) Recursos na fase da pronúncia	132
116) Sessões transferidas a pedido do Promotor de Justiça	54
117) Sessões realizadas no período	1.296
118) Réus absolvidos com pedido do MP	311
119) Réus absolvidos sem pedido do MP	235
120) Réus condenados	884
121) Recursos interpostos na fase do julgamento em plenário	201
122) Contra-razões recursais	1.396
123) Processos pendentes de manifestação no prazo	80
124) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	30

5.7 – Execução Penal

125) Guias de execução fiscalizadas	18.091
126) Pareceres e promoções	171.237
127) Mandados de segurança e outras medidas acautelatórias	36
128) Recursos interpostos	5.443
129) Processos pendentes de manifestação no prazo	274
130) Processos pendentes de manifestação fora do prazo	22
131) Visitas de controle a presídios	234

5.8 – Auditoria Militar

132) Inquéritos policiais transferidos do período anterior	01
133) Inquéritos policiais recebidos no período	3.905
134) Outros expedientes investigatórios recebidos/Sindicâncias recebidas	161
135) PICs instaurados (Res. 03/04-OECPMP)	00
136) Pedidos de diligência sem denúncia	708
137) Denúncias oferecidas	286
138) Devolvidos com pedido de arquivamento	1.338
139) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	44
140) Devolvidos com outra manifestação	1.724
141) Pendentes de manifestação no prazo	35
142) Pendentes de manifestação com prazo excedente	35
143) Alegações escritas	189
144) Sessões de julgamento realizadas	339
145) Recursos interpostos	48
146) Contra-razões recursais	117
147) Promoções e pareceres em processos cíveis	198
148) Audiências judiciais assistidas	3.066
149) Audiências judiciais não assistidas	697

5.9–Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher–Lei 11.340/2006

150) Inquéritos e expedientes recebidos	27.452
151) Pareceres em pedidos de medidas protetivas	1.982
152) Promoções diversas em inquéritos policiais ou procedimentos investigatórios	17.559
153) Pareceres em pedidos de prisão preventiva/liberdade provisória	513
154) Arquivamentos de inquéritos policiais e expedientes	7.188
155) Denúncias oferecidas	1.796
156) Prisões Preventivas requeridas pelo MP	146
157) Medidas protetivas de urgência requeridas pelo MP	196
158) Inquéritos e expedientes pendentes de manifestação no prazo	995
159) Inquéritos e expedientes pendentes de manifestação com prazo excedente	531
160) Promoções diversas em processos	3.847
161) Debates orais	118
162) Alegações escritas em substituição aos debates	461
163) Razões recursais	57
164) Contra-razões de recurso	282
165) Renúncias	3.223
166) Acordos diversos	655
167) Fiscalização dos estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar	01
168) Recomendações expedidas	00
169) Número de pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	1.320
170) Audiências judiciais assistidas	13.548
171) Audiências judiciais não assistidas	4.720

172) Processos em andamento	4.812
-----------------------------	-------

5.9.1 - PESSOAS DENUNCIADAS (consumado e tentado)

173) Lesões Corporais contra a (ex-) esposa/(ex-) companheira	694
174) Lesões Corporais contra ascendente, descendente, irmã ou outro familiar	131
175) Ameaça contra (ex-) esposa/(ex-) companheira	744
176) Ameaça contra ascendente, descendente, irmã ou outro familiar	127
177) Outros delitos	270

5.10 - Informações Gerais

178) Pessoas atendidas na Promotoria	17.958
179) Atos de controle externo da atividade policial	1.759
180) Inquéritos policiais pendentes de vista junto ao Poder Judiciário	5.467
181) Inquéritos policiais aguardando cumprimento de diligências	9.214
182) Processos criminais em andamento	128.854
183) Processos de execução criminal em andamento	17.504
184) Processos de Júri em andamento	8.233
185) Processos do Juizado Especial Criminal em andamento	68.161
186) Processos da Auditoria Militar em andamento	318

6 - Relatório referente à Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de POA - 4º, 5º e 6º Cargos

01) Visitas de controle a estabelecimentos penais	120
02) Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	4.228
03) Informações remetidas a apenados	7.193
04) Processos de execução criminal analisados	845
05) Expedientes administrativos instaurados	5.516
06) Expedientes administrativos arquivados	1.455
07) Apenados ouvidos	1.723
08) Despachos	7.957
09) Requisições de inquéritos ou sindicâncias	28
10) Pedidos de interdição ou outros de ordem administrativa	02
11) Reuniões externas	122
12) Requisições de laudos médicos/odontológicos/psiquiátricos	806

7 - Relatório referente ao Plantão de Porto Alegre

7.1 - INTERVENÇÕES

7.1.1 - Infância e Juventude

01) Adolescentes infratores apresentados	723
02) Representações contra adolescentes	379
03) Pedido de internação de adolescente	359
04) Pedido de outras medidas de proteção	219

7.1.2 - Cível

05) Pedido do Ministério Público de internação psiquiátrica	15
06) Manifestação em ação com interesse de menor	75
07) Outras manifestações	187

7.1.3 – Criminal

08) Manifestação em auto de prisão em flagrante	1.870
09) Pareceres em pedido de liberdade provisória	701
10) Manifestação em representação de prisão preventiva	142
11) Manifestação em representação de prisão temporária	178
12) Manifestação em pedido de revogação de prisão temporária	24
13) Manifestação em representação em pedido de busca e apreensão	452
14) Manifestação em representação de interceptação telefônica	239
15) Pedido de prisão preventiva	252
16) Quebra de sigilo telefônico	156
17) Outras manifestações	410

7.2 - DESIGNAÇÕES – JUIZADO COMUM

18) Contra-razões recursais	595
-----------------------------	-----

7.2.1 - Inquéritos policiais

19) Devolvidos com denúncias	236
20) Devolvidos com pedido de arquivamento	323
21) Devolvidos com pedido de extinção da punibilidade	49
22) Devolvidos com pedido de diligências	257

8 – Promotorias de Justiça**8.1 – entrância inicial**

Promotores	127
Comarcas	119
Cargos: classificados/substitutos	158/50

8.2 – entrância intermediária

Promotores	255
Comarcas	44
Cargos: classificados/substitutos	254/12

8.3 – entrância final

Promotores	172
Comarcas	01
Cargos: classificados/substitutos	134/65

9 – Procuradorias de Justiça**9.1 – Procuradorias de Justiça Criminal - Cargos**

Total previsto:	33
Providos:	31
Vagos:	02

9.2 – Procuradorias de Justiça Cível - Cargos

Total previsto:	63
Providos:	58
Vagos:	02
Não ativado	03

9.3 – Procuradorias de Justiça Especializada – transformada pela Lei n.º 11.313/99, parágrafo único, art. 1º, em 2008 - Cargos

Total previsto:	00
Providos:	00
Vagos:	00

9.4 – Procuradores de Justiça Substitutos - Cargos

Total previsto:	29
Providos:	21
Vagos:	08

Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	5.159	80.316	77.056	2.037	1.045
2008	2.037	75.166	71.841	3.568	878

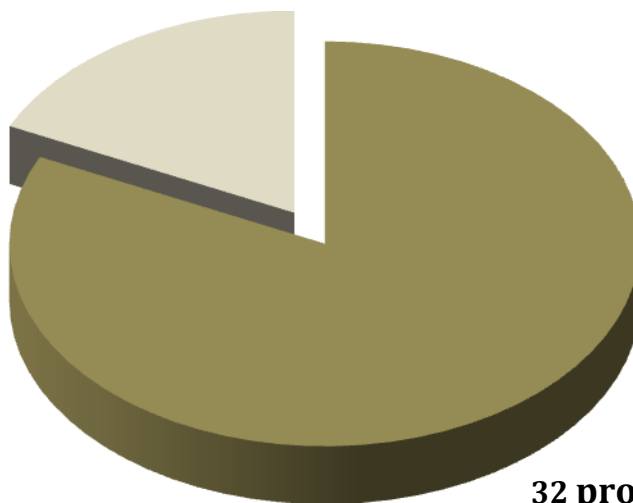
Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

ANO	Saldo Ano Anterior	Recebidos no Ano	Restituídos Com Parecer	Transferidos Ano Seguinte	Sessões
2007	1.778	35.793	35.552	482	428
2008	482	33.307	32.550	539	341

Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas

Em 2008, o Procurador-Geral de Justiça, propôs **85** Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, **46** pendem de julgamento, e no universo das ações julgadas (39), **32** foram julgadas procedentes (**03** parcialmente) e **07** improcedentes.

7 improcedentes – 18%



32 procedentes – 82%

Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2008, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

DESCRIÇÃO		TOTAL
I	Denúncias oferecidas perante a 4. ^a CC – TJE	53
	Aditamento à Denúncia	1
	Comunicação de arquivamento de feitos à 4. ^a CC – TJE	25
	Expedientes arquivados no Ministério Público c/publicação	177
	Pareceres com remessa de feitos às Comarcas	8
	Parecer remetendo feitos à Justiça Federal	5
	Pareceres com remessa de feitos ao TRE	1
	Pareceres em Queixa-Crime	6
	Pareceres sobre audiências preliminares	23
	Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal	14
II	Denúncias em expedientes remetidos às Comarcas	27
	Promoções de Arquivam. em Exped. Remetidos às Comarcas	6
III	Manifestações sobre respostas escritas	46
	Pedidos de diligências e apresentação de quesitos – Art.10	14

	Alegações finais	14
	Pareceres com remessa de processos às Comarcas	5
	Pedidos de Extinção de Punibilidade	13
	Pareceres em processos de execução	9
	Pareceres sobre suspensão do Processo (Lei n.º 9099/95)	6
	Pareceres diversos	98
IV	Recursos – Especial/Extraordinário	4
	Embargos de Declaração	2
	Interposição de Agravo Regimental	2
V	Intimações	173
	Movimentações de expedientes e Processos Judiciais	565
VI	Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	71
VII	Condenações	4
	Absoluções	7
	Absoluções a pedido do Ministério Público	1
	Denúncias recebidas/aditamentos	36
	Denúncias não recebidas/aditamentos	2
	Declinação de Competência ao Juízo do 1.º Grau	1
	Remessa à Comarca	1
	Queixa-Crime rejeitada	2
	Suspensão do processo c/art.89 da Lei n.9.099/95	4
	Transação penal – Lei n. 9.099/95	14
	Remessa aos Tribunais Federais	2
	Recursos	1
	Extinção da Punibilidade	1
VIII	Audiência por precatória (Promotores comarca)	2
	Audiências de instrução no interior – Criminal	102
	Audiências de instrução em POA – Criminal	61
IX	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	34
	N.º de Processos julgados	108
X	Processos em andamento na 4.ª Câmara Criminal – TJE	119

Em matéria de improbidade administrativa a Procuradoria de Prefeitos apresentou os resultados resumidos no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO		2008
I	Ações Cíveis Públicas ajuizadas	34
II	Arquivamentos no CSMP	174
III	Promoções/diligências em Procedimentos Investigatórios	1617

Dados Administrativos

DESCRIÇÃO	
N.º de cargos de Procuradores de Justiça criados	125
N.º de cargos de Procuradores de Justiça providos	109
N.º de cargos de Promotores de Justiça criados	763
N.º de cargos de Promotores de Justiça providos	555
N.º de cargos de Servidores de carreira criados	2202
N.º de cargos de Servidores de carreira providos	1545
N.º de cargos de Cargos em Comissão criados	550
N.º de cargos de Cargos em Comissão providos	281
N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	99
N.º de vagas para estágio criadas	1320
N.º de vagas para estágio providas	1229
N.º de Membros inativos	242
N.º de Servidores inativos	86
Área total ocupada pelo Ministério Público	104.291 m ²
N.º de habitantes do Estado	10.582.887
N.º de Municípios do Estado	496
N.º de Comarcas	165
N.º de Municípios com sedes próprias do Ministério Público	142

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DESCRIÇÃO	
PIB do Estado	193.500.000.000,00
Orçamento do Estado	21.295.775.610,00
Despesa executada pelo Estado	21.354.625.897,81
Orçamento do Ministério Público	509.870.000,00
Despesa total executada pelo Ministério Público	508.086.128,38
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público	44.533.311,14
Despesa de capital executada pelo Ministério Público	20.385.614,21
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	443.167.203,03
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestre	1,69557%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadrimestre	1,62735%
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestre	1,60348%

Demonstrativo Orçamento Aprovado 2005 a 2008				
Contas	2005	2006	2007	2008
Pessoal e Encargos Sociais	373.120.000	410.000.000	436.000.000	440.000.000
Despesas Correntes	33.104.108	40.259.712	43.641.000	49.470.000
Despesas de Capital	32.841.854	42.865.409	30.970.195	20.400.000
TOTAL	439.065.962	493.125.121	510.611.195	509.870.000

Demonstrativo Orçamento Executado 2005 a 2008				
Contas	2005	2006	2007	2008
Pessoal e Encargos Sociais	373.197.296	407.187.413	423.304.748	443.167.203
Despesas Correntes	34.760.714	38.400.923	48.939.527	44.533.311
Despesas de Capital	38.765.349	40.687.532	23.755.932	20.385.614
TOTAL	446.723.359	486.275.868	496.000.207	508.086.128

Nominata



AFONSO ARMANDO KONZEN
ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE
ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU
ANA MARIA SCHINESTSC
ANA MARISA AINHORN OSSOK
ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO
ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO
ANTÔNIO AUGUSTO VERGARA CERQUEIRA
ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS
ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA
ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
ARNALDO BUEDE SLEIMON
BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA
BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA
CARLOS DIAS ALMEIDA
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA
CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO
CLÁUDIO BARROS SILVA
CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO
CRISTIANE TODESCHINI
DELMAR PACHECO DA LUZ
DENISE MARIA NETTO DUARTE
EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE
EDUARDO DE LIMA VEIGA
EDUARDO ROTH DALCIN
EDUARDO WETZEL BARBOSA
ELAINE FAYET LORENZON SCHALY
ELIANA MARIA MORESCHI
EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO
FRANCISCO WERNER BERGMANN
GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
GILBERTO THUMS
GILMAR POSSA MARONEZE
GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI
HEID OURIQUE CAMPOS
IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA
IRENE SOARES QUADROS
ISABEL DIAS ALMEIDA
IVORY COELHO NETO
JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD
JANDIRA DE CAMPOS
JOÃO CARLOS PACHECO
JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO
JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE
JOSÉ TÚLIO BARBOSA
JUAN CARLOS DURÁN
JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI
JULIA ILENIR MARTINS
JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA

JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER
KELLER DORNELLES CLÓS
LÊNIO LUIZ STRECK
LEONEL PIRES OHLWEILER
LISIANE DEL PINO
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ
LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU
LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI
LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO
LUIZ FELIPE BRACK
LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA
LUIZ INÁCIO VIGIL NETO
LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO
MAGALI MANNHART HOFFMANN
MARCELO ROBERTO RIBEIRO
MARCIA LEAL ZANOTTO FARINA
MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA
MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS
MARIA LORENI CARGNELUTTI
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO
MARIO ROMERA
MARLY RAPHAEL MALLMANN
MARTA LEIRIA LEAL PACHECO
MAURO HENRIQUE RENNER
MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
PAULO ANTÔNIO TODESCHINI
PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA
PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL
PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES
REGINALDO MACIEL FRANCO
RICARDO ALBERTON DO AMARAL
RICARDO DA SILVA VALDEZ
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
RICARDO VAZ SEELIG
ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
ROBERTO CLAUS RADKE
ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN
ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
SARA DUARTE SCHÜTZ
SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO
SÉRGIO SANTOS MARINO
SÍLVIA CAPPELLI
SIMONE MARIANO DA ROCHA
SOLANGE MARIA PALMA ALVES
SUZANA SILVEIRA DA SILVA
TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI
UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES
VALÉRIA BASTOS DIAS
VERA LÚCIA QUEVEDO FERREIRA

VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA
WALTER CAMEJO FILHO

ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

Promotores de Justiça de Entrância Final – 134

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES
ADRIANO MARMITT
AIRTON ALOISIO MICHELS
AIRTON ZANATTA
ALCEU SCHOELLER DE MORAES
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI
ALEXANDRE LIPP JOÃO
ALINE MACHADO XAVIER
ANA LÚCIA CIOCCARI AZEVEDO
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSC
ANDRÉ CIPELE
ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN
ANDRÉA CECIM FORTES
ANGELA SALTON ROTUNNO
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER
ANTÔNIO LUIZ OTILIA
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA
BEATRIZ DURO GICK
BENHUR BIANCON JUNIOR
CARLA CARPI NEJAR
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO
CARMEN SILVIA REIS CONTI
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA
CLAUDIA REGINA LENZ ROSA
CYNTHIA FEYH JAPPUR
DANIELA SANTOS VARIANI
DARWIN FERRAZ REIS
DÉBORA BALZAN
DENISE CASANOVA VILLELA
DENISE MARIA DURO REIS
DIANE CRISTINA TAGLIARI PIRES
DIOMAR JACINTA RECH
DIRCE CARVALHO SOLER
DÓRIS PAIM ZANINI
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA
EDUARDO ALBERTO TEDESCO
EDUARDO BERNSTEIN IRIART
ELEONORA MACHADO POGLIA
ELIANE RIBEIRO PORTELA
FABIANO DALLAZEN
FABIO BIDART PICCOLI

FÁBIO COSTA PEREIRA
FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTO
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN
FLÁVIO DUARTE
FRANCESCO CONTI
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GÉRSO LUIS TEIXEIRA
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA
GILMAR BORTOLOTT
GUSTAVO RONCHETTI
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO
IEDA HUSEK WOLFF
INGLACIR DORNELLES CLÓS DELAVEDOVA
IVAN SARAIVA MELGARÉ
IVETE BRUST
JAQUELINE MARQUES DA LUZ
JOÃO BARCELOS DE SOUZA JÚNIOR
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO
JOÃO NUNES FERREIRA
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER
JOSÉ QUINTANA FREITAS
JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO
JOSIENE DA SILVA MENEZES
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES
LAURA LOUZADA JACCOTTET
LESSANDRA BERGAMASCHI
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ
LISETE ERBES
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE
LUCIANO DE FARIA BRASIL
LUCIANO DIPP MURATT
LUCIANO PRETTO
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA
LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER
LUIS ROGÉRIO LIMA TAVARES
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES
MARCELO LEMOS DORNELLES
MARCELO LISCIO PEDROTTI
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO
MARCOS REICHELT CENTENO
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES
MARIA ALICE BUTTINI
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA
MARIA INÊS SILVA SPERB
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE

MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA
ALGARVE
MARIANGELA RENNER BOSSLE
MARINÊS ASSMANN
MARISA LARA ADAMI DA SILVA
MARTHA SILVA BELTRAME
MARTHA WEISS JUNG
MAUREN JARDIM GOMES
MAURO FONSECA ANDRADE
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH
MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA
MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO
NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
NOARA BERNARDY LISBOA
NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA
ODETE PINZETTA
RENATO VINHAS VELASQUES
RENOIR DA SILVA CUNHA
RICARDO FELIX HERBSTTRITH

ROBERTO VARALO INÁCIO
ROGERIO ROQUE WEILLER
ROSELE MARIA LUCHESE
ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES
ROSSANO BIAZUS
RUI PAULO NAZÁRIO DE OLIVEIRA
SANDRA GOLDMAN RUWEL
SANDRA SANTOS SEGURA
SILVIO MIRANDA MUNHOZ
SÔNIA ELENÍ CORRÊA MENSCH
SYNARA JACQUES BUTTELLI
TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA
TÊMIS LIMBERGER
THALES VOLCATO PEREIRA
VELEDA MARIA DOBKE
VERA LUCIA DA SILVA SAPKO
WINFRIED SCHLEE

Promotores de Justiça de Entrância Intermediária – 254

ADRIANA CRUZ DA SILVA
ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI
ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI
ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA
ALESSANDRA MOURA
ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ
ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO
ALEXANDRE ARANALDE SALIM
ALINE DOS SANTOS GONÇALVES
ALJACIRA LIMA TERRA
ÁLVARO LUIZ POGLIA
AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE
ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA
ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE
ANA EMÍLIA VILANOVA
ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR
ANA PAULA BERNARDES
ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD
ANDRÉ BARBOSA DE BORBA
ANDRÉ COSTA
ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE
ANDRÉ FERNANDO RIGO
ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES
ANDREA DA SILVA UEQUED
ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
ANDRÉA SOARES TORRES
ANDREIA HERMINIA ALLIATTI
ANELISE GREHS STIFELMAN
ANGELA CAREN DAL POS
ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES
BÁRBARA DA COSTA LANGE

BELMIRO PEDRO WELTER
CAMILA LUMMERTZ
CARLA CARRION FRÓS
CARLA LARA ADAMI DA SILVA
CARLA SOUTO PEDROTTI
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES
CARLOS AUGUSTO FIORIOLI
CAROLINA BARTH LOUREIRO
CAROLINA SANFELICE MARIANI
CAROLINE VAZ
CASSIANO MARQUARDT CORLETA
CASSIANO PEREIRA CARDOSO
CATIUCE DA SILVA RIBAS
CELSO DE ASSIS REMONTI
CELSO PEDRO STEIN
CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN
CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS
CINARA VIANNA DUTRA BRAGA
CINTHIA MENEZES RANGEL
CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO
CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS
CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO
CLEONICE RODRIGUES AIRES
CRISTIANE CARDOSO
CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES
CRISTIANO LEDUR
CRISTIANO SALAU MOURÃO
DANIEL MARTINI
DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ
DANIELA LUCCA DA SILVA
DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA
DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI

DANIELE DA SILVA PIRES	JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO
DANIELE SCHNEIDER	JEANINE MOCELLIN
DANIELI DE CÁSSIA COELHO	JEFFERSON DALL'AGNOL
DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA	JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA
DÉBORA REGINA MENEGAT	JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO
DÉBORA REZENDE CARDOSO	JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL
DÉCIO LUÍS SILVEIRA DA MOTA	JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO
DELSON ARNILDO MANZKE	JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
DENILSON BELEGANTE	JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDOZO
DIEGO CORREA DE BARROS	JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS
DIEGO MENDES DE LIMA	JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
DIEGO ROSITO DE VILAS	JOCELAINE PAINS TELES
DIOLINDA KURRLE HANNUSCH	JOEL OLIVEIRA DUTRA
EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA	JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA
EDGAR OLIVEIRA GARCIA	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN
EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES	JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI
EDUARDO BUAES RAYMUNDI	JOSÉ EDUARDO GONÇALVES
EDUARDO CORAL VIEGAS	JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO
EDUARDO RITT	JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA
EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ	JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS
ELCIO RESMINI MENESES	JULIANA BOSSARDI
ÉRICO FERNANDO BARIN	JULIANA MARIA GIONGO
ÉRICO REZENDE RUSSO	JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA
EUGÊNIO PAES AMORIM	JÚLIO CÉSAR DE MELO
FÁBIO LUSA MARCON	JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA
FELIPE TEIXEIRA NETO	JULIO FRANCISCO BALLARDIN
FERNANDA RUTTKE DILLENBURG	KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN
FERNANDA SOARES PEREIRA	KARINA BUSSMANN CABEDA
FERNANDA WEIAND	LEONARDO GUARISE BARRIOS
FERNANDO BUTTINI	LETÍCIA VITERBO ILGES
FERNANDO CHEQUIM BARROS	LISANDRA DEMARI
FERNANDO GERSON	LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA
FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS	LUCIANA MORAES DIAS
GANI POHLMANN SAAD	LUCIANA ROMANI
GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS	LUCIANE FEITEN WINGERT
GISELE MORETTO	LUCIANO VACCARO
GISELE MÜLLER MONTEIRO	LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA
GISELLE TANARA SOARES	LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA
GISLAINE ROSSI LUCKMANN	LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ
GRAZIELA VIEIRA LORENZONI	LUÍS FERNANDO COPETTI LEITE
GUILHERME RIBEIRO KRATZ	LUIZ CARLOS PRÁ
GUSTAVO RAMOS VIANNA	MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES
GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS	MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO
GUSTAVO WALKER ZETTLER	MARCEL TISSER PITERMAN
HEITOR STOLF JÚNIOR	MARCELA ROMERA
HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE	MARCELO DE SOUZA GONZAGA
IOANNIS FEDRIZZI PETALAS	MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS
ISNAR OLIVEIRA CORRÊA	MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES
IVANA KIST HUPPES FERRAZZO	MARCELO NAHUYTS THORMANN
IVANA MACHADO BATTAGLIN	MARCELO RASQUIN BERTUSSI
IVANISE JANN DE JESUS	MARCELO RIES
JAIME NUDILEMON CHATKIN	MARCELO TREVIZAN
JANAINA DE CARLI DOS SANTOS	MÁRCIA CORSO RUARO
JANINE BORGES SOARES	MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO
JANOR LERCH DUARTE	MÁRCIO SCHLEE GOMES

MARCOS FERRAZ SARALEGUI
MARCOS SIMÕES PETRY
MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE
MARIA AUGUSTA MENZ
MARIA AUGUSTA ONGARATTI
MARIA COUGO OLIVEIRA
MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ
MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO RODRIGUES
MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ
MARIA LAURA MORAES LUZARDI
MARIA RITA CAMPOS PITERMAN
MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA
MÁRIO LUIZ GUADAGNIN
MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR
MAURÍCIO TREVISAN
MAURO ROCHA DE PORCHETTO
MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA
NÁDIA BARON RICACHENEVSKY
NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES
NATHÁLIA SWOBODA CALVO
NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO
PAULA REGINA MOHR
PAULO DA SILVA CIRNE
PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA
PAULO GILBERTO VIEIRA
PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO
PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO
RAFAEL CRUZ AMARAL
RAFAEL FESTA
RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS
RAQUEL ISOTTON
REJANE VIEIRA E SILVA
RENATA PINTO LUCENA
RICARDO CARDOSO LAZZARIN
RICARDO LOZZA
RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA
ROBERTA BRENNER DE MORAES
ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI
ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA
ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO

ROCHELLE DANUSA JELINEK GARCEZ
RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS
RODRIGO CARPI NEJAR
RODRIGO DA SILVA BRANDALISE
RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA
RODRIGO LÓPEZ ZILIO
RODRIGO SCHOELLER DE MORAES
ROLANDO RAUL MORO
ROSANGELA CORRÊA DA ROSA
ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
ROSI MARIA BARRETO TONDO
ROSIMARI MELLER ANTONELLO
RUI PREDIGER
SANDRO DE SOUZA FERREIRA
SÁVIO VAZ FAGUNDES
SÉRGIO CORNELLES MATHEUS
SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH
SÉRGIO HIANE HARRIS
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
SÍLVIA REGINA BECKER PINTO
SIMONE ANNES KEUNECKE
SIMONE DE NIZA E CASTRO
SIMONE MARTINI
SIMONE SPADARI
SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA
SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA
TATIANA ALSTER
THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETTI
TIAGO MOREIRA DA SILVA
VALÉRIO COGO
VALTER PRIEBE
VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO
VANESSA DA SILVA
VANESSA SALDANHA DE VARGAS
VELOCITY MELO PIVATTO
VERCILEI LINO SERENA
VOLTARE DE FREITAS MICHEL
WALESKA FLORES AGOSTINI
WANDERLEI JOSÉ HERBSTTRITH WILLIG

Promotores de Justiça de Entrância Inicial – 127

ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO
ADRIANO LUÍS DE ARAUJO
ADRIANO PEREIRA ZIBETTI
ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO
ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL
ANA PAULA MANTAY
ANAMARIA THOMAZ
ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER
ANDREA ALMEIDA BARROS
ANTONIO METZGER KÉPES
BRENUSA MARQUARDT CORLETA
BRUNO PEREIRA PEREIRA

CAMILA SANTOS DA CUNHA
CAMILE BALZANO DE MATTOS
CARLA PEREIRA RÊGO FLÔRES SOARES
CAROLINE GIANLUPI
CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA
CAROLINE SPOTORNO DA SILVA
CHARLES EMIL MACHADO MARTINS
CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA
CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO
CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT
CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING
CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR

CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
CRISTIANA MÜLLER CHATKIN
CRISTIANE MARIA SCHOLL LEVIEN
CRISTIANE MELLO DE BONA
DAMASIO SOBIESIAK
DANIEL BARBOSA FERNANDES
DANIEL COZZA BRUNO
DANIEL RAMOS GONÇALVES
DANIEL SOARES INDRUSIAK
DANIELA SILVEIRA TIMM
DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER
DAVI LOPES RODRIGUES JÚNIOR
DIEGO PESSI
DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA
ELEMAR GRÄBNER
EVANDRO LOBATO KALTBACH
EVERTON LUÍS RESMINI MENESES
FABIANE CIOCCARI
FABIANE RIOS LISARDO
FABIANO REDIVO SILVA
FERNANDA BROLL CARVALHO AHMAD
FERNANDO CESAR SGARBOSSA
FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA
GABRIELA MONTEIRO
HENRIQUE RECH NETO
IVANDA GRAPIGLIA VALIATI
JAIR JOÃO FRANZ
JANINE ROSI FALEIRO
JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME
JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO
JULIANO GRIZA
JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER
KARINA ALBUQUERQUE DENICOL
KARINNA LICHT ORLANDI GOULART
KÁTIA REGINA GRIZA
LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA
LEANDRO TATSCH BONATTO
LEONARDO CHIM LOPES
LEONARDO GIARDIN DE SOUZA
LEONARDO MENIN
LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN
LUANA ROCHA RIBEIRO
LUCIANA CANO CASAROTTO
LUCIANA WILLIG SANMARTIN
LÚCIO FLÁVIO PRETTO
LUCIO FLAVO MIOTTO
LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS
LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA
MARCELO ARAUJO SIMÕES
MARCELO AUGUSTO SQUARÇA
MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY
MARCELO TUBINO VIEIRA

MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA
MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN
MARCIO SCHENATO
MARCOS EDUARDO RAUBER
MARI ONI SANTOS DA SILVA
MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA
MARIANA DE AZAMBUJA PIRES
MARISAURA INÊS RABER FIOR
MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI
MARTIN ALBINO JORA
MAX ROBERTO GUAZZELLI
MELISSA MARCHI JUCHEN
MICHAEL SCHNEIDER FLACH
NATÁLIA CAGLIARI
NILTON KASCTIN DOS SANTOS
PAULA ATAIDE ATHANASIO
PAULA BITTENCOURT ORSI
PAULO ADAIR MANJABOSCO
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA
PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO
PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR
PLÍNIO CASTANHO DUTRA
RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES
REGINALDO FREITAS DA SILVA
RENATO MOURA TIRAPELLE
RICARDO MELO DE SOUZA
RICARDO SCHINESTSCCK RODRIGUES
ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO
ROGÉRIO FAVA SANTOS
ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS
RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO
RONALDO LARA RESENDE
ROSÂNGELA MAZZUCO
RUDIMAR TONINI SOARES
SANDRO LOUREIRO MARONES
SÉRGIO ANTÔNIO BINS
STÉFANO LOBATO KALTBACH
STELA BORDIN
SUSANA CORDERO SPODE
SUZANE HELLFELDT
TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT
TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI
THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA
VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS
VALDOIR BERNARDI DE FARIAS
VERA REGINA MELATTE CORINO
VINICIUS DE MELO LIMA
VITASSIR EDGAR FERRAREZE
WILSON LUÍS GREZZANA
XIMENA CARDOZO FERREIRA